


MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE Nº 21- março - 2009

Crise econômica

Eles fizeram, eles que paguem



Preocupados em como reduzir os estragos da crise, os ricos tentam repassar sua conta para o povo. Mas, estamos mobilizados e não vamos pagar por ela.

Aumenta ofensiva contra os movimentos sociais

UNE aprova proposta de Reforma Universitária



Prova Brasil
+ QU
na Educação

QUALIDADE

Compromisso de todos.

O **IDEB** mede a qualidade da educação pública. É formado pela combinação dos dados de aprovação e pelas notas da **Prova Brasil**. Desde 2005 melhoramos, mas ainda há muito que avançar para chegarmos à nota 6, média dos países desenvolvidos. É por isso que os resultados das provas de **Língua Portuguesa** e **Matemática** da **Prova Brasil** são importantes. Com eles, a qualidade do ensino fica mais evidente.

Todas as escolas públicas brasileiras receberão material de orientação sobre a **Prova Brasil**, que será aplicada em outubro deste ano. Garantir a aprendizagem de todos os alunos assegura mais eficiência para a escola pública brasileira.

Diretores: é importante que sejam ministradas aulas de recuperação durante o ano letivo para alunos de menor rendimento. É um direito e está previsto na lei.

PARA A EDUCAÇÃO MELHORAR, TODOS DEVEM PARTICIPAR.

Acesse www.mec.gov.br



Ministério
da Educação

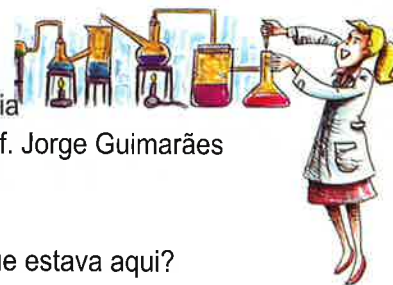
BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Editorial

05. A queda do muro de Wall Street

Entrevista

06. Na fronteira da ciência
Entrevista com o Prof. Jorge Guimarães



Brasil

- 11.** Cadê a marolinha que estava aqui?
- 15.** Para que não se esqueça - 45 anos do Golpe
- 17.** A UNE e a Resistência à Ditadura Militar
- 20.** A Mídia a serviço de quem?
- 24.** Pelos direitos das mulheres



Internacional

25. América Latina, desafiadora

Universidade

- 28.** Reforma universitária
- 32.** De olho no bolso, tubarões do ensino recorrem ao Estado
- 35.** Livros - Pesa na mochila e nos bolsos



Movimento Estudantil

- 38.** Jornada de Lutas
- 39.** Trote Solidário



Cultura

- 42.** 6ª Bienal da UNE em Salvador
- 45.** O Cuca está com tudo
- 46.** Entrevista com Célio Turino



Sede nacional da UNE

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145
Praia do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro - RJ

Sítio na Internet: www.une.org.br

A UNE é adepta do copyleft. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.



Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente

Lúcia Stumpf

Vice-Presidente

Tales de Castro

1º Vice-Presidente

Bruno de Oliveira Elias

2º Vice-Presidente

Riden Albuquerque

Secretário-Geral

Ubiratan Cassano

Tesoureiro Geral

Harlen Oliveira

1º Tesoureiro

Lucélio Moura

Diretora de Comunicação

Camila Marcarini

1ª Diretora de Comunicação

Luana Bonone

Diretor de Assintência Estudantil

Ronaldo Pinto Junior

Diretora de Políticas Educacionais

Rafael Chagas

1º Diretor de Políticas Educacionais

Rafael Goffi

Diretor de Univ. Particulares

Débora Pereira

Diretora de Univ. Públicas

Flávia Calé

Diretor de Cultura

Rafael Simões

Diretor de Relações Internacionais

Alcides dos Anjos Leitão (Jesus)

Diretor de Movimentos Sociais

Juliano Medeiros

Edição

Edição: Renata Mielli;

Textos: Renata Mielli, Danielle Franco; André Cintra; Fernando Borgonovi; Priscila Lobregatte.

Direção de Arte: Vandrê Fernandes (Circus);

Ilustrações: Daniel Lopes (Circus); e Latuff (págs. 22 e 23);

Fotos: Genilson Coutinho e Fábio Marconi;

Tiragem:

40 mil exemplares

EDITORIAL

A queda do Muro de Wall Street

Nós jovens, estudantes e trabalhadores, não temos qualquer responsabilidade com essa crise mundial, que é consequência da infinita ganância dos grandes investidores capitalistas como teremos a oportunidade de analisar ao longo das páginas desta edição de **Movimento**. Afirmamos que essa crise não é nossa e não aceitaremos calados que nos façam pagar seu preço. Sua origem está bem distante de nós, lá para os lados de Wall Street. Ainda assim, já sentimos na pele seus efeitos.

Na Educação, universidades privadas estão diminuindo seus gastos à custa da qualidade. Os tubarões do ensino não aceitam diminuir suas altas taxas de lucro e, por isso mesmo, não são poucas as instituições que, se aproveitando da crise, estão demitindo em massa professores e funcionários ou mesmo fechando as portas sem oferecer maiores explicações ou qualquer perspectiva aos estudantes. A universidade pública corre o risco de ver o seu orçamento cortado pelo contingenciamento de verbas voltadas às áreas sociais. Nas demissões que começam a acontecer, são os mais jovens os primeiros a serem dispensados.

Se a bomba estoura com mais força no colo da juventude, a resposta a ela precisa vir de nossas mãos. Nossa geração não optou pela crise, mas lamentar não é uma opção. Precisamos tomar as ruas, aproveitar a oportunidade que esta crise nos proporciona e sepultar para sempre o projeto neoliberal a partir da queda do muro deles, o Wall Street.

Nosso continente tem um papel fundamental a cumprir neste momento. Foi durante o Fórum Social Mundial, em Belém do Pará, no início deste ano, que um histórico encontro reuniu cinco chefes de Estado da América do Sul. Presidentes que foram eleitos com plataformas progressistas e críticas ao neoliberalismo apresentaram alternativas políticas e econômicas de superação da crise que passam, necessariamente, pelo fortalecimento do Estado e pela aplicação de políticas sociais amplas e profundas. Escolheram dialogar com os movimentos sociais a participar do Fórum de Davos, onde estavam reunidos os responsáveis pelo colapso da economia internacional.

Percebendo o crescimento das forças progressistas e de esquerda, os setores conservadores e seu principal partido – a mídia hegemônica – orquestram uma ofensiva contra os movimentos sociais, visando desgastar a luta do povo brasileiro.

Neste cenário de dificuldades, precisamos construir ampla unidade para combater o desemprego e os cortes do orçamento público. Nossa arma é a pressão das ruas. Na Jornada de Lutas que se aproxima daremos nosso recado. Não pagaremos por esta crise! Queremos mais conquistas para a educação!

Boa Leitura

Lúcia Stumpf
Presidente da UNE



Na fronteira da ciência

No tabuleiro mundial, leva vantagem quem estiver em dia com seus compromissos estratégicos no campo da produção de conhecimento. O Brasil está em 15º lugar nesse *ranking* e, para o professor Jorge Guimarães, presidente da CAPES, está se capacitando cada vez mais para se tornar um país central. *Por Renata Mielli*

O conhecimento se tornou uma das dimensões cruciais para o exercício do poder nas relações internacionais. A assimetria no domínio científico e na capacidade de inovação tecnológica é uma das bases fundamentais da polarização do mundo contemporâneo. Portanto, um país que queira viabilizar seu desenvolvimento precisa conferir importância estratégica à produção de conhecimento. Como o Brasil está posicionado neste *front* foi o tema da conversa que *Movimento* teve com o presidente da CAPES (Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), professor Jorge Guimarães.

O Brasil tem investido anualmente cerca de 1% de seu Produto Interno Bruto em C&T, cifra ainda baixa diante dos desafios de colocar o País em posição de liderança internacional. A meta do atual governo é chegar até 2010 com um incremento de 0,5% nesse montante. Porém, a crise mundial já trouxe reflexos nessa área, com anúncio de cortes no orçamento da União para C&T e outros órgãos, inclusive para a CAPES.

Apesar do cenário adverso, o presidente da CAPES não vê o momento com pessimismo, já que um país com tantas riquezas como o nosso permite que “essa

crise se revele em oportunidades para o Brasil”.

O Brasil está criando mecanismos para se tornar efetivamente um país produtor de ciência e tecnologia?

Sem sombra de dúvida. O Brasil vem se preparando para essa iniciativa ao longo dos anos, desde quando criou o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a CAPES, em 1951. Outros países no estágio de desenvolvimento semelhante ao nosso deixaram de optar por este caminho. Isso é visível na América Latina. Na



Ásia, alguns países perceberam essa necessidade. Não podemos colocar a África aqui, porque está num estágio de desenvolvimento menos saliente na maioria dos países. Mas, decididamente, o Brasil vem liderando essa mudança no sentido de se capacitar para enfrentar os desafios de se tornar um país central. Há críticos que dizem que a ciência produzida nos países em desenvolvimento, periféricos, só reforça os países centrais. Não é nada disso! Esses países querem ser centrais também. Como é o caso da China, da Índia, do Brasil também, o caso da Austrália, mesmo o Canadá, cada um deles tem estratégia de ser central. Você acha que a China está produzindo ciência, com os padrões internacionais, ocupa o 2º lugar no *ranking* de produção científica, para favorecer os países mais desenvolvidos? De jeito nenhum! Temos avançado consideravelmente para enfrentar esse desafio, sobretudo nos últimos seis anos, em que houve uma mudança significativa da posição da nossa ciência no mundo.

Em que medida a crise econômica mundial impacta nesse projeto do Brasil ter mais liderança e iniciativa na produção científica?

A crise tem impacto no mundo

inteiro, muitas pessoas já sentiram seu efeito de alguma forma. Mas de fato, para o Brasil, mais que um grande problema, a crise é uma grande oportunidade. Imaginem se essa crise chegasse ao Brasil no final de 2002 ou começo de 2003, com o País despreparado, sem exportar, sem reservas, com muitos problemas que eram mais graves ainda na área social? Não é por acaso que o presidente Lula teve essa interlocução com o presidente Obama, numa posição de destaque. O Brasil é hoje um destaque mundial em todos os seguimentos. Na economia, em várias áreas tecnocientíficas, na área agropecuária, de energia, temos potencial na biodiversidade, temos comida, uma vasta fonte de energia, petróleo, temos água, temos um povo trabalhador, muitos jovens; enfim, temos muita riqueza que permite que essa crise se revele em oportunidades para o Brasil.

As universidades públicas respondem por grande parte da produção em C&T nacional. Os grupos de pesquisa e pós-graduação têm sido o dínamo dessa produção. Qual o papel das agências de fomento e da CAPES nesse processo?

A nossa pós-graduação é única no mundo. Muita gente diz que ela é uma cópia do

modelo norteamericano, não é. Caracterizamos a nossa pós-graduação por muita flexibilidade, qualidade, agilidade. Hoje, temos posição de liderança mundial em várias áreas da ciência e não são poucas. Nós dizemos para os nossos parceiros – os ingleses, franceses, alemães e mesmo os americanos – que em muitas áreas eles agora têm que mandar é vir estudar no Brasil: agricultura tropical, odontologia, medicina veterinária, parasitologia, controle biológico de pragas, busca de petróleo em águas profundas. Há poucos anos, o serrado era imprestável, não tinha perspectiva, hoje é o seleiro do mundo. Isso é investimento em formação de recursos humanos, em ciência e tecnologia, cada um com seu perfil. As agências de fomento – CNPq, CAPES, a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e também as fundações estaduais de amparo à pesquisa – foram um fator essencial para esse desenvolvimento. É curioso que cada vez que nós nos encontramos com os nossos parceiros de outros países, mesmo os desenvolvidos, eles acham invejável o nosso modelo de agências de fomento

“Hoje, ocupamos posição de liderança

para a formação de recursos humanos, para a pesquisa e tecnologia.

Ampliar a sintonia entre a universidade e a sociedade é fundamental para desenvolver o País e diminuir as desigualdades regionais. Um caminho para essa integração seria aproximar a pesquisa realizada nas universidades das demandas do setor produtivo, criando linhas de fomento que atendam às políticas estratégicas de governo voltadas para um projeto de modernização e inovação tecnológica do País?

Não apenas no setor industrial ou que chamam de produtivo, mas inclusive no setor social, em que a demanda por essa integração é tremendamente requisitada. Em 2004, quando nós assumimos a CAPES e o MEC, o Ministério se debruçou sobre isso com um modelo de Reforma Universitária, que foi acusada de tudo quanto é palavrão possível pela oposição. Esse projeto nos tomou bastante tempo, teve dificuldades de avançar e encontra-se no Congresso desde então. Mas, com outras iniciativas, o Ministério da Educação ultrapassou muito do que a gente pensava naquela primeira reforma, que era modesta diante da necessidade dessa maior presença da universidade em todos os segmentos da nossa sociedade. Então, aquele projeto (de reforma), talvez com uma ou outra exceção de um ou outro ponto que ficou para trás, perdeu muito a atualidade em face do que nós conseguimos por caminhos legais. Criamos um

conjunto muito grande de outros mecanismos para fazer avançar ou aproximar a universidade dessa sociedade. É interessante ver a enormidade de projetos que o PDE

Foto: Arquivo



(Programa de Desenvolvimento da Educação) tem com esse enfoque. No caso da CAPES, isso ficou ainda mais nítido ao termos assumido a melhoria na formação dos professores para a Educação Básica. Hoje a CAPES representa o conceito que o ministro Fernando Haddad tanto menciona, a chamada Educação Sistemática, desde o fundamental, o mais básico, até o pós-doutorado. Estamos debruçados sobre essa missão de uma maneira entusiasmante. Temos tido várias oportunidades de trazer, não apenas pessoas,

mas temas da pós-graduação para dentro dessa nova missão. Temos uma área específica de ensino de Matemática e Ciência, temos o Observatório da Educação, que até começou antes da concepção da nova CAPES. Também o fortalecimento das licenciaturas. O fato é que este conjunto de ações da CAPES e do MEC, sobretudo com o PDE, já estão em sintonia com essa aproximação entre universidade e sociedade, com seu papel, renovador, inovador, irreverente e altamente crítico que são essenciais.

Há um setor que considera essa política de aproximação da produção científica das universidades com as demandas da sociedade uma ingerência sobre a liberdade de investigação que deveria marcar a atividade acadêmica. Como o senhor vê essa questão?

Olha, isso tem muito haver com o fato de nossa universidade ser muito recente comparada com os países desenvolvidos. A USP tem 75 anos e é a mais antiga como universidade, a maioria tem menos de 50 anos. A população que frequentou essa universidade era muito da elite. Então, é natural que tenha um pouco ainda desse ranço de que a universidade é conservadora. Por outro lado, o Estado abandonou a Educação Básica. Se compararmos o que aconteceu com o desenvolvimento científico em relação ao que não ocorreu com a Educação Básica, temos uma situação dramática. Provavelmente, em 2009, estaremos entre os quatorze países

mundial em várias áreas da ciência”

do mundo na produção de ciência, tecnologia, de conhecimentos novos. Todavia, na apropriação do conhecimento de matemática e ciência, a nossa posição é um desastre. Foram décadas de desprezo e isso tem impacto sobre a própria maneira como a universidade faz a sua apreciação. Mas, há muitos exemplos de mudanças importantes que fazem com que a gente possa dizer que estamos vencendo essa etapa. Por exemplo, o Prouni e as cotas foram bastante criticados, no entanto, estão aí, um sucesso absoluto, não reduzem qualidade coisíssima nenhuma. Há um conjunto muito grande de ações, e que são aprovadas por um Congresso muito conservador. Nós não tivemos nada reprovado ainda, nenhuma medida ou projeto de lei do MEC deixou de ser aprovado. O único que não andou, mas também nós não estamos fazendo força porque achamos que ele já está vencido em muitas coisas, é o da Reforma. Neste sentido, a posição da UNE de fazer um novo esforço de uma Reforma Universitária mais ampla e mais atual, mais futurista, é muito oportuna. Então, uma pesquisa qualificada, que tenha esse componente da autonomia, da liberdade acadêmica, é necessária no mundo inteiro. Há muitas pessoas engajadas nisso que nós poderíamos chamar do clímax da atuação científica de alto nível e, ao mesmo tempo, muito preocupados com o outro lado que é a extensão, a colocação desse conhecimento a serviço da comunidade. Eu cito muito o exemplo do professor Leopoldo de Meis que foi cogitado

para o prêmio Nobel, dada a sua enorme contribuição científica de ponta, pouco aplicável no dia-a-dia. Todavia, ele criou um processo de treinamento com os professores



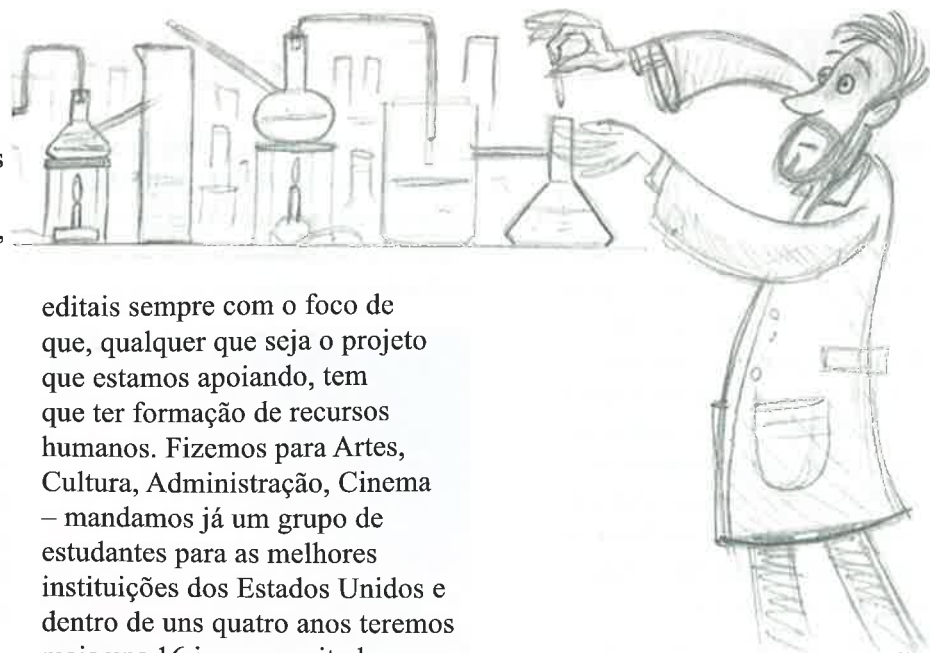
de escola pública e seus alunos, que já têm 18 grupos espalhados no Brasil, estão fazendo um belo trabalho. E assim há muitos outros. Existe essa dualidade e a CAPES lida com ela. Nós não podemos por os mesmos parâmetros de julgamento, por exemplo, para a área de jornalismo que usamos para a Física. Se não fosse assim a nossa Embrapa não seria o sucesso que ela é no exterior, agora os doutores da Embrapa são formados na universidade. A universidade qualificada, a pós-graduação, a

formação de mestres e doutores são diretamente responsáveis por esse avanço que nós conseguimos. Mas eu entendo que essa questão de uma universidade mais presente, a questão regional, são assuntos prementes.

A CAPES tem incentivado a criação de grupos de pesquisa em áreas consideradas estratégicas. Como se dá a definição estratégica para a criação desses grupos?

Nós temos por sorte ou por condição da nossa trajetória muitas fontes de informação que mostram como o Brasil precisa atuar numa área ou outra. Por exemplo, o projeto Pró-Defesa foi uma iniciativa do Ministério da Defesa para envolver os civis que lidam com esses assuntos. Os editais de projetos de pesquisa no conceito de defesa envolvem as áreas de engenharias, desenvolvimento de equipamentos, área de fronteira, monitoramento ambiental com vistas a controle de queimadas, relações internacionais. É um leque muito grande bastante multi e interdisciplinar. E como isso foi detectado? Você vai no Currículo Lattes do CNPq, um instrumento poderoso – que foi uma das grandes descobertas nossas, como a iniciação científica que é uma iniciativa brasileira – e não encontra quase ninguém trabalhando nessa área. Ciência do Mar, o Brasil passou muitos anos sem dar importância à Engenharia Naval, por exemplo, e as coisas que dizem respeito a esse mar territorial fantástico que o Brasil tem. Ganhamos a questão das 200

milhas marítimas, que a Marinha chama de Amazônia Azul, porque é maior que a própria Amazônia e, no entanto, temos poucos grupos trabalhando com questões relativas ao tema do mar. Então, a gente chama os cursos de pós-graduação, os parceiros que trabalham com isso, sejam empresas e outros órgãos de governo, fazemos discussões e uma primeira versão do que o edital vai contemplar. Chamamos novamente os cursos de pós-graduação e lançamos o edital. Nesse caso de Ciência do Mar, já percebemos que nós vamos precisar mandar um grande número de jovens para fazer uma formação no exterior. Então, vamos ao nosso banco de dados no Portal de Periódicos da CAPES e procuramos em Oceanografia quais são os melhores países e as melhores instituições do mundo; fazemos o convênio e mandamos o estudante. É uma coisa tão simples quanto isso. Mas nós entramos em muitas outras áreas. A TV Digital, por exemplo, quando assinamos o acordo com o Japão, vimos que era necessário formar gente e isso é basicamente conteúdo, software e hardware, não é a atriz da Globo que vai para lá, são nossos professores e seus alunos. Então, fazemos um edital para isso. E há uma quantidade muito grande de áreas como Botânica, Nanobiotecnologia, Bioenergia, enfim todos esses temas que o Brasil tenha postura de desempenho ou falta dele por carência de capacitação de recursos humanos. Também os cursos de pós-graduação e as sociedades científicas nos trazem temas e nós montamos um grupo para estudar a importância e a viabilidade da construção desses projetos e lançamos esses



editais sempre com o foco de que, qualquer que seja o projeto que estamos apoiando, tem que ter formação de recursos humanos. Fizemos para Artes, Cultura, Administração, Cinema – mandamos já um grupo de estudantes para as melhores instituições dos Estados Unidos e dentro de uns quatro anos teremos mais uns 16 jovens muito bem formados para tocar essa área de cinema e vídeo, onde o Brasil tem uma potencialidade enorme dada a criatividade do seu povo.

A CAPES mantém na internet um Portal de Periódicos. Qual o papel desse portal no crescimento da produção científica nacional e como a CAPES faz para mantê-lo em funcionamento?

Ele é o maior portal de periódicos em capilaridade do mundo. Só tem dois portais maiores que o nosso de duas universidades americanas, que servem às universidades apenas. O nosso não. Tem capilaridade, atende a 194 instituições, estaremos agora no dia 18 ampliando tremendamente o acesso para inúmeras instituições, exatamente olhando a Educação Básica, porque ele permitirá uma possibilidade grande para a complementação da formação dos nossos jovens. Por exemplo, o jovem que tiver acesso a isso na sua instituição e, por autorização da CAPES e se sua instituição permitir ele vai fazer isso de sua

casa, poderá entrar na Enciclopédia Britânica, poderá entrar em todos os museus do mundo *online*. Se ele entrar no Louvre, ele poderá abrir todos os quadros do Louvre na sua mesa. Você quer uma coisa mais poderosa do que essa? Ele atende de Norte a Sul, de Leste a Oeste, onde há pós-graduação está lá o nosso portal. Esse é o maior ingresso livre que existe, de graça, pago pela sociedade brasileira. Temos um instrumento que permite a qualquer jovem, de qualquer área do conhecimento, saber o que uma pessoa que ele não conhece na China, na Índia, nos Estados Unidos ou na Europa está fazendo no tema dele. O poder disso é enorme. Estamos atualmente com 13 mil periódicos e vamos chegar a 15 mil. O portal reúne todas as patentes do mundo, 150 mil livros do século XVIII e alguns milhares de livros didáticos que estamos colocando também no portal, além do banco de teses que já conta com mais de 50 mil teses. Então é um instrumento poderoso que permite o Brasil estar *up dated* com qualquer país do mundo.

Cadê a marolinha que estava aqui?

A crise chegou "atrasada" ao Brasil, mas seus efeitos exigem mobilização dos movimentos sociais por medidas mais efetivas do governo federal

Por André Cintra



Foi de novo num mês de setembro, e de novo em Nova York. Em 2001, com o ataque ao World Trade Center, o governo Bush encontrou o pretexto para uma escalada imperialista, baseada numa falsa “guerra ao terror”. Sete anos depois, o que desabou não foram duas torres gêmeas — mas, sim, todos os pilares de um sistema. A crise atual do capitalismo se escancarou na manhã de 15 de setembro de 2008, tão logo o Lehman Brothers Holdings, quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, entrou com pedido de proteção no Tribunal de Falências do Distrito Sul nova-iorquino. Diante de uma notícia que confirmava, definitivamente, a fragilidade do sistema financeiro mundial, foram necessários poucos minutos para que bolsas de valores de todo o mundo sofressem quedas profundas.

É verdade que a crise demorou um pouco mais para chegar ao Brasil, a tal ponto que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a prever que os efeitos dela no País não passariam de uma “marolinha”. Um sinal de alerta veio no começo de dezembro, quando a Vale do Rio Doce deu férias coletivas a 5.500 trabalhadores pelo mundo e demitiu outros 1.300. Cerca de 20% do corte atingiu funcionários da Vale em Minas Gerais. O presidente da companhia, Roger Agnelli, declarou em seguida ter sugerido a Lula flexibilizações na lei trabalhista, como a suspensão de contratos de trabalho e a redução da jornada com redução de salário.

Agnelli deu a suas propostas o título pomposo de “medidas de exceção”, mas o movimento sindical não passou recibo e denunciou o golpe. As centrais firmaram posição contrária a qualquer iniciativa que retire direitos do trabalhador. A exceção fi-

cou por conta da Força Sindical, que em janeiro iniciou negociações com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e passou a defender publicamente a redução de salários como remédio para enfrentar a crise. Em menos de um mês, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e de Mogi das Cruzes, filiado à Força, firmou 24 acordos do gênero — o que, segundo a entidade, preservou 16,3 mil empregos. “Não tem jeito. Ou fazemos acordo para reduzir jornada e salário, ou haverá demissões em massa”, defende-se o secretário-geral da central, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

“Que nada”, rebate Artur Henrique, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). “Para demarcar posição, a Força rompeu com um princípio histórico — a defesa irredutível dos direitos trabalhistas — e aderiu a uma pauta que não é nossa. Se até uma central fica ao lado da proposta da Fiesp, quem protegerá os trabalhadores?”, questiona Artur. Apesar das divergências, Força e CUT prometem marchar juntas, ao lado das outras centrais, em 30 de março, no Dia de Mobilização e Lutas em Defesa do Emprego e dos Direitos Sociais. Entidades estudantis, comunitárias, rurais e de outros movimentos devem se somar à manifestação. A data também marcará o início da Jornada de Lutas 2009 da UNE e da UBES. (ver pág.38)

Garantia de emprego

Uma reivindicação comum das centrais é que o governo exija contrapartida de todas as empresas que, em meio à crise, recebam financiamentos públicos, como créditos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Só em São Paulo, somando recursos dos governos federal e estadual, a indústria automobilística

recebeu cerca de R\$ 8 bilhões, além de redução por três meses do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). Como nada foi exigido em troca — nem mesmo a mera manutenção do nível de emprego —, as montadoras não se intimidaram em demitir trabalhadores. Foi o caso da fábrica da General Motors (GM) de São José dos Campos (SP), que cortou o emprego de 802 metalúrgicos já no começo de janeiro. Também contemplada pelo BNDES, a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) mandou 4.700 trabalhadores para a rua em fevereiro.

“Não é por coincidência que os maiores facões (demissões em massa) ocorreram em duas empresas beneficiadas por recursos públicos. É a maior prova de que os empresários querem preservar seus lucros a qualquer custo e impor aos trabalhadores o ônus da crise”, resume Wagner Gomes, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Segundo ele, é em contextos de adversidade que as centrais mais precisam se unir contra a ofensiva dos “rogers agnellis” da vida. “Além dos protestos de 30 de março, a CTB vai lutar para que as centrais busquem consenso



e articulem o Fórum Nacional dos Trabalhadores para responder aos impactos da crise”, diz Wagner, que também propõe a realização de greve geral de no mínimo 24 horas.

Numa “Carta ao Presidente” endereçada a Lula em janeiro, a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) defendeu a edição de uma medida provisória que garanta “estabilidade no emprego para todos os trabalhadores, proibindo as demissões sem justa causa, por um período de dois anos”. A premissa da Conlutas é a mesma da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe a demissão imotivada e tem o apoio do conjunto das centrais. Diante do anúncio de que o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro encolheu

3,6% do terceiro para o quarto trimestre de 2008 — com retração de 7,4% no setor industrial —, crescem as ameaças de desemprego. Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) indica que, devido à crise, 54% das empresas demitiram funcionários ou suspenderam serviços terceirizados. Outras 36% também planejam cortes.

Educação

Os números desafiam o governo Lula a tomar decisões mais concretas contra a crise, especialmente na política macroeconômica. Apenas um dia depois que a queda do PIB foi divulgada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu a taxa básica de juros (Selic) em 1,5 ponto percentual — de 12,75% para 11,25% ao ano. É o maior corte desde novembro de 2003, mas o Brasil continua a manter a taxa mais elevada

do mundo em termos reais (juros menos inflação), ainda refletindo o conservadorismo dos tecnocratas do Copom.

Em outra ponta, para gerar empregos e dinamizar a economia, o governo federal dá sinais de que pretende fortalecer o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com o aumento do número de turnos das obras. Também está em formatação um audacioso pacote de habitação, em parceria com governos estaduais e iniciativa privada, para construir até um milhão de moradias. Na opinião de Lúcia Stumpf, presidente da UNE, as medidas são insuficientes. “Os estudantes não podem ficar de fora da lista de prioridades do governo. Por isso, vamos levar às ruas nossa Jornada de Lutas com o lema ‘Essa crise não é nossa. Queremos mais conquistas para a Educação’.”

As posições dos movimentos sindical e estudantil convergem. Assim como os sindicatos e as centrais acusam os patrões de jogarem a crise no colo dos trabalhadores, as entidades estudantis se organizam contra a sanha dos “barões do ensino”. Desde o começo do ano, a UNE repudiou, ao lado da UBES e da ANPG, os cortes nas verbas dos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia — cada pasta perdeu mais de R\$ 1 bilhão. “A resposta à crise que o povo espera é a consolidação definitiva de um projeto de desenvolvimento nacional, pautado na soberania, valorização do trabalho e distribuição de renda”, registrou as entidades, em numa nota pública.



Bem-vindo de volta, Estado!

Os efeitos de uma das maiores crises da história do capitalismo são preocupantes tanto no Brasil como no mundo. Havia pistas de partida, como o fato incontestável de que o fenômeno iniciado nos Estados Unidos não se limitaria à economia americana. “O sistema financeiro derreteu”, sentenciou, já em novembro, Dominique Strauss-Kahn, diretor-gerente do outrora poderoso FMI (Fundo Monetário Internacional). Dogmas do neoliberalismo — sobretudo a tese da autorregulação absoluta do mercado — despencaram de podre, em queda livre. As previsões de crescimento econômico caíram simultaneamente, a tal ponto que o próprio Strauss-Kahn, em 10 de março, previu que a economia global terá, em 2009, “a pior performance da maior parte das nossas vidas”.

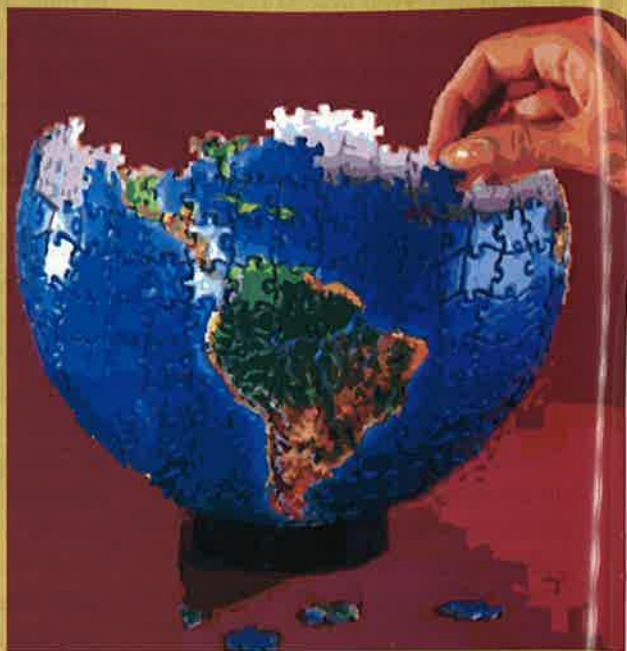
Se a crise exige intérpretes à altura — para decifrar sua natureza e suas dimensões —, convém deixar de lado o diretor-gerente do FMI e se atentar mais a analistas como Nouriel Roubini. Nos últimos anos, o irredutível Roubini passou a ser visto como uma figura quase folclórica. Devido às suas previsões, o economista — que é professor da Universidade de Nova York e presidente da RGE Monitor — ganhou o apelido nada glamoroso de “Senhor Apocalipse”. O problema é que Roubini acertou em cheio — as características atuais da crise já estavam devidamente profetizadas por ele. Há um ano, sua consultoria foi tachada de pessimista quando estimou

Analistas defendem o protagonismo estatal como saída para enfrentar a crise

as perdas da crise em R\$ 1 trilhão. A RGE Monitor fala agora em prejuízos de US\$ 3,6 trilhões.

Numa palestra que concedeu neste mês de março, em São Paulo, Roubini sustentou que o Brasil é uma “vítima acidental do tsunami financeiro”. O crescimento do PIB brasileiro pode até ser “ligeiramente negativo”, segundo ele, mas “não há risco de uma crise financeira aqui”. Mas, ao tratar anteriormente da economia americana, em artigo de 3 de março para o jornal *The New York Times*, o “Senhor Apocalipse” declarou que são de 33% as chances de a “feia recessão” nos Estados Unidos “adquirir um formato mais virulento”.

“Se políticas adequadas não forem postas em prática”, escreveu ele, a nação mais rica e poderosa do globo pode ficar “próxima da depressão ou da estagdeflação (uma mortífera combinação de estagnação econômica e deflação dos preços)”. As medidas radicais propostas por Roubini



incluem a estatização temporária de parte dos bancos americanos insolventes — uma ideia compartilhada por outro economista em evidência — o Prêmio Nobel Paul Krugman, da Universidade de Princeton e do *New York Times*.

Segundo Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o governo brasileiro ainda trabalha com a previsão de crescimento para 2009, mesmo depois da queda de 3,6% do terceiro para o quarto trimestre do ano passado. “A recessão já entrou na ordem do dia em um grupo de países atingidos mais firmemente pela crise. O Brasil ainda não faz parte desse grupo, e a tendência é que cresçamos, ainda que pouco.” Autor do recém-lançado *Qual Desenvolvimento? — Oportunidades e Dificuldades do Brasil Contemporâneo*, Pochmann acredita que, com ou sem crise, é preciso refundar o Estado e transformar seus instrumentos em molas indutoras da economia. (AC)

Para que não se esqueça Para que nunca mais aconteça

Por Renata Mielli

Há 45 anos, um golpe abriu uma ferida profunda na história brasileira, uma ferida que sangrou por três décadas: a ditadura militar, instalada no País em 1º de abril de 1964. A primeira atitude dos militares foi atear fogo ao prédio onde funcionava a sede da União Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo, 132. A partir daquela madrugada, o Brasil mergulharia num período de trevas, marcado por perseguições, censuras, torturas e mortes.

O estopim para o golpe promovido com o apoio dos setores conservadores e de direita da sociedade – descontentes com os rumos adotados pelo governo de João Goulart –, foi o Comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964. Convocado pelas centrais sindicais e por outras entidades do movimento social, o comício reuniu mais de 200 mil pessoas que assistiram a um dos discursos mais famosos da história nacional.

Nele, o presidente da República afirmou que não tinha receio em ser chamado de subversivo por querer revisar uma Constituição que não atendia os interesses do povo e da Nação. “Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos

seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas”.

As reformas defendidas e previstas na mensagem que Jango enviou ao Congresso Nacional eram a reforma agrária, a reforma política e a reforma universitária. “Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros. Pelos

universitários, classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares nacionalistas”, lembrou o presidente em seu discurso. Jango proclamou aos trabalhadores que o lema de seu governo era “progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade”.

Essas reivindicações percorreram todos esses 45 anos e permanecem atuais nos dias de hoje. Estão entre as principais bandeiras levantadas pelos trabalhadores e estudantes.

Um saldo nada brando

Dezoito dias separaram o

Arquivo



Bombeiros controlam o fogo após incêndio do prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) promovido pela ditadura militar, em 1º de abril de 1964.

Comício da Central do Brasil das movimentações militares de 31 de março, dando início à ditadura que – diferente do que afirmou editorial do jornal *Folha de S.Paulo* de 17/02/2009 – não teve nada de branda.

Em 1995, foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ligada a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Essa comissão analisou 475 casos de mortos e desaparecidos pela ditadura militar brasileira.

Afora estes casos, a ditadura vitimou milhares de brasileiros com prisões e tortura. Isso, sem falar dos milhões que viveram sob o domínio do medo e da censura que tentou calar a imprensa, os artistas, o povo.

O professor Fábio Konder Comparato foi um dos primeiros a se indignar diante da afirmação do jornal paulista: “Mas o que é isso? Que infâmia é essa de chamar os anos terríveis da repressão de ‘ditabranda’? Quando se trata de violação de direitos humanos, a medida é uma só: a dignidade de cada um e de todos, sem comparar ‘importâncias’ e estatísticas. Pelo mesmo critério do editorial da

Folha, poderíamos dizer que a escravidão no Brasil foi ‘doce’ se comparada com a de outros países, porque aqui a casa-grande estabelecia laços íntimos com a senzala - que horror! O leitor Sérgio Pinheiro Lopes tem carradas de razão. O autor do vergonhoso editorial de 17/2, bem como o diretor que o aprovou, deveria ser condenado a ficar de joelhos em praça pública e pedir perdão ao povo brasileiro, cuja dignidade foi descaradamente enxovalhada. Podemos brincar com tudo, menos com o respeito devido à pessoa humana”, desabafou Comparato em carta publicada no painel do leitor da *Folha*.

Brava gente

Foram muitos os que deixaram de lado o medo e foram à luta pela democracia. Entre eles os estudantes Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE, Paulo Vannucchi Leme, Edson Luiz e tantos outros que morreram para manter viva a chama da liberdade.

A ousadia dos estudantes que insistiam em ir às ruas para denunciar a ditadura recebeu tratamento rigoroso dos militares, que colocou a UNE e todas as entidades estudantis na ilegalidade.

Na clandestinidade, a UNE e o movimento estudantil permaneceram na luta, realizando reuniões e até congressos clandestinos nos anos de chumbo da ditadura entre 71 e 73. (Ler artigo na página 20)

Com os primeiros sinais da redemocratização, em 1979 a UNE foi uma das primeiras entidades do movimento social a ser reconstruída, no histórico congresso de Salvador.

Nossa casa!

A memória daqueles que lutaram pelo Brasil estará guardada na sede da União Nacional dos Estudantes, que será reconstruída no mesmo endereço marcado pela truculência da ditadura. No número 132 da Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, um edifício assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer será erguido e, nele, haverá um memorial do movimento estudantil que vai lembrar este e outros períodos da história do Brasil e da luta dos estudantes brasileiros.

Reconquistado pela UNE em janeiro de 2007, o terreno da entidade foi legalmente restituído e os preparativos para lançar a pedra fundamental que iniciará a construção da nova sede estão em andamento.

Em dezembro de 2008, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o PL 3931/08, de autoria do Executivo, que define uma indenização à UNE pela destruição de sua sede pelo Estado brasileiro naquele 1º de Abril. O projeto tem regime de prioridade e ainda será votado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Maquete da na nova sede da UNE

A UNE e a resistência à Ditadura Militar

Por Augusto Buonicore*



O golpe de 1964 não foi fruto de um simples complô militar. Ele teve suas bases sociais plantadas nas classes economicamente dominantes e na elite política civil. Essa foi a forma encontrada para barrar o ascenso da luta do povo brasileiro e a realização das reformas estruturais que vinham sendo propostas pelas correntes nacionalistas e de esquerda.

Os estudantes foram os primeiros a se confrontar abertamente com o regime militar. Colocaram-se

contra a lei Suplicy de Lacerda, que buscava atrelar suas entidades ao Estado ditatorial. Em um plebiscito, organizado pela União Nacional dos Estudantes, a maioria absoluta dos universitários repudiou a lei.

No segundo semestre de 1966, diante da ameaça de realização do congresso da UNE, a polícia ocupou o centro de Belo Horizonte. Isso, no entanto, não impediu que os delegados se reunissem secretamente num convento. Dias depois, o

congresso da UEE-SP foi dissolvido e 178 estudantes presos. Em resposta às sucessivas violências policiais foi decretada, no mês de setembro, uma jornada nacional de luta contra a ditadura.

Naqueles anos, a demanda pelo acesso às universidades havia crescido mais rapidamente do que as vagas oferecidas, levando um número cada vez maior de jovens a ficar excluído do Ensino Superior. Eles ficaram conhecidos como excedentes.

Começou a luta para que todos pudessem ingressar nas universidades, sem o funil do vestibular.

Outra campanha foi contra a cobrança de taxas nas universidades públicas. Este havia sido um meio encontrado pelo regime militar para compensar a redução das verbas e abrir caminho para implantação do ensino pago. Ao longo dos meses, todas essas lutas foram se canalizando para a bandeira de mais verba para a Educação e liberdade nas escolas.

O clima já era explosivo quando um acontecimento trágico fez o paiol ir pelos ares. Em 28 de março de 1968, uma pacífica manifestação estudantil, que pleiteava a melhoria na alimentação no restaurante Calabouço, foi reprimida à bala pela polícia. No conflito, caiu morto o estudante secundarista Edson Luís. O cortejo fúnebre contou com a participação de mais de 50 mil pessoas. Grandes manifestações estudantis se realizaram nas principais cidades. O movimento estudantil passava a ocupar o centro da cena política brasileira.

As coisas pareciam se acalmar quando, em junho, mais de 500 estudantes cariocas foram presos após uma assembleia dentro da universidade e conduzidos até o campo do Botafogo, onde foram brutalmente espancados e seviciados. As fotos das agressões, fartamente divulgadas pela imprensa, indignaram o País. O clima, novamente, começava a esquentar.

No dia seguinte, uma manifestação de protesto se transformou num grande conflito de rua. No centro do Rio de Janeiro ocorreram enfrentamentos sangrentos entre o povo e as forças de repressão. Centenas de pessoas ficaram feridas e quatro morreram, inclusive um policial. Era a chamada “sexta-feira sangrenta”.

A resposta das organizações democráticas e populares veio em 26 de junho, através de uma passeata-monstro com mais de 100 mil pessoas. Estudantes, artistas, intelectuais, religiosos e assalariados em geral tomaram as ruas da Guanabara na maior manifestação já ocorrida contra a ditadura. Os dias de arbítrio pareciam estar contados.

Contudo, no segundo semestre, a maré contestatória começou lentamente a refluir. Em setembro, a polícia invadiu a UnB e agrediu estudantes, professores e até parlamentares. No mês seguinte, o congresso clandestino da UNE, realizado em Ibiúna, foi descoberto e todos os delegados presos. Entre eles estavam os principais dirigentes estudantis do País. Isto representou um duro golpe para o movimento. Mesmo assim ocorreram protestos radicalizados por todo o País.

Setores militares descontentes – os chamados linha-dura – passaram a exigir maior repressão contra a oposição. O pretexto para o recrudescimento do regime foi dado quando o deputado Márcio Moreira Alves defendeu o boicote às comemorações do sete de setembro em protesto contra as agressões que vinham se dando contra os estudantes. O general-presidente Costa e Silva solicitou ao Congresso licença para processá-lo. Mas, em 12 de dezembro, a proposta foi derrotada. Até deputados da Arena – partido do governo – votaram contra o pedido.

Não foi apenas o poder legislativo que impôs derrota ao regime. Um dia antes o Supremo Tribunal Federal ordenou a libertação de 81 estudantes presos no Congresso de Ibiúna. Até mesmo no Supremo Tribunal Militar podiam se ouvir vozes discordantes. De repente, o futuro da ditadura militar parecia, de fato, estar em jogo.

Para colocar um fim a qualquer

resquício de democracia que ainda pudesse existir no País, em 13 de dezembro foi decretado o Ato Institucional número 5. Em fevereiro de 1969, a ditadura aprovou o Decreto-lei 477, através do qual os líderes estudantis, perigosos à ordem, ficavam proibidos de se matricular em qualquer estabelecimento de ensino. Os centros acadêmicos livres foram fechados e substituídos por entidades atreladas à direção das escolas.

Iniciou-se a partir daí um dos períodos mais sombrios da história brasileira. Todos os caminhos para a contestação legal ao regime pareciam estar fechados. Diante desse quadro difícil reforçavam-se as teses que propunham a luta armada, como única alternativa para derrotar a ditadura militar. Muitas lideranças estudantis optaram por esse caminho. Mas, o movimento estudantil não deixou de existir.

Ainda em abril de 1969 realizou-se uma plenária nacional na qual foi eleita uma nova diretoria da UNE, encabeçada por Jean Marc Von Der Weid. Menos de seis meses depois ele foi preso e torturado. O combativo Honestino Guimarães assumiu o seu lugar.

A nova diretoria da UNE dirigiu a campanha nacional contra os crimes da ditadura, pela libertação dos presos políticos e contra a tortura. Mesmo nestes anos sombrios ainda ocorriam manifestações internacionalistas, como o repúdio à visita do Secretário de Estado estadunidense Nelson Rockefeller e contra os bombardeios ao Vietnã e Camboja. Estes atos representaram uma derrota para a ditadura militar, que se vangloriava de ter acabado com as entidades gerais estudantis.

O que pouca gente sabe é que ainda ocorreu um 31º Congresso da UNE, realizado entre setembro e outubro de 1971. Foi uma reunião

realizada na mais dura clandestinidade e com a participação de poucos delegados, eleitos em encontros estaduais. Um congresso realizado nas condições que a conjuntura repressiva permitia. Nele, Honestino Guimarães foi reeleito para presidência da entidade. Uma posição que, naquele momento, equivalia quase a uma condenação à morte.

Em 1972, a UNE participou das atividades comemorativas ao cinquentenário da Semana de Arte Moderna. Em novembro, 11 mil estudantes da USP, em plebiscito, disseram não ao ensino pago. O nome da UNE ainda circulava de boca em boca nos corredores das universidades, embora não se pudesse conhecer mais a fisionomia dos seus dirigentes que se moviam nas sombras, caçados pelos órgãos de repressão.

A diretoria da UNE – ou o que restava dela – continuou sua luta pelos direitos humanos, contra as prisões, as torturas e os assassinatos dos opositores ao regime. O ápice desse processo foram as manifestações em protesto ao assassinato do estudante Alexandre Vannucchi Leme, ocorrido em março de 1973. Este, possivelmente, foi o último acontecimento que a UNE clandestina, mortalmente ferida, participou.

Esta gestão heróica resistiu até o final de 1973, quando, finalmente, foi destruída pela repressão. Honestino Guimarães e Umberto Câmara foram sequestrados e mortos em outubro. No mesmo mês caíram os ex-dirigentes nacionais José Carlos Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda. Assim, em poucos dias, vários importantes dirigentes estudantis foram brutalmente assassinados. Helenira Resende morreria combatendo na Guerrilha do Araguaia.

Poucas entidades brasileiras deram tantos mártires à causa de liberdade quanto a UNE. Mesmo depois do seu desmantelamento, nos muros das universidades mutiladas, ainda podia se ler: “A UNE SOMOS NÓS!”.

**Augusto Buonicore é mestre em História pela Unicamp*

“Não existem linotipos?

Não existem rotativas?

Que importa, meu companheiro?

*Há sempre uma mão ativa
pegando um giz ou pincel.*

*E há muros pela cidade
se nos negarem papel”.*

“Isso é história, companheiro.

*História que tu escreveste
à margem das linotipos,
à margem da rotativa
e das tiras de papel.*

*História que tu escreveste
tendo ideal, mão ativa,
toco de giz ou pincel”.*

(POEMA “O POVO ESCREVE A HISTÓRIA NAS PAREDES”, DE MÁRIO LAGO).



Cruzada contra os movimentos sociais é manobra da imprensa para preservar interesses das mais variadas elites

Por André Cintra

A MÍDIA a serviço de quem?

A trincheira está aberta. Neste começo de 2009, veículos da grande imprensa iniciaram uma nova cruzada contra entidades organizadas da sociedade. “Os movimentos sociais estão sofrendo um verdadeiro ataque midiático, com pouca fundamentação, muita especulação e, especialmente, uma forte carga de intenção em desacreditar os lutadores e lutadoras do povo brasileiro”, denunciou a presidente da UNE, Lúcia Stumpf, por meio de um comunicado. O que se lia, nas manchetes dos jornais, é que a UNE “ganhou na loteria no governo Lula”, as centrais sindicais estavam “despreparadas” para enfrentar a crise, e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) não passava de uma “incendiária organização”.

Má Fé

Há uma regra geral em cada reportagem ou artigo do gênero. Ainda que se exponha a versão das entidades, o texto é escrito de maneira enviesada e ambígua, de modo a conduzir o leitor a conclusões preestabelecidas pelos jornais. Foi o que fez o repórter Leandro Colon, do *Correio Braziliense*, em matéria sobre repasses do governo federal à UNE desde 2003. Já no título — “R\$ 10 milhões para amansar a UNE” —, o jornal não esconde a intenção de desmoralizar a entidade e atribuir uma vocação mercenária a suas lideranças. É provável que nunca, em 72 anos de história, a UNE tenha se articulado como hoje, em tantas frentes de atuação. Mas a matéria do *Correio Braziliense* dá a entender que a entidade, ao contrário, está paralisada, e suas lideranças vendidas.

“Prova” dessa promiscuidade, diz o jornal, é que a presidente da

UNE é filiada ao mesmo partido que um dos ministros do governo Lula. Há dois parágrafos no texto para explorar a “acusação”, sem levar em conta o caráter suprapartidário da entidade e sua independência frente a governos. O primeiro trecho minimamente imparcial fica só para o sétimo parágrafo. “No segundo semestre do ano passado, a UNE recebeu R\$ 2,8 milhões do Sistema Único de Saúde (SUS) para fazer uma caravana pelo país. O objetivo foi abrir um debate e realizar ações ligadas à saúde”, registra o texto, que — coisa rara — cita em seguida uma frase literal de Lúcia: “Percorremos os 27 estados discutindo cultura, saúde e educação, visitando 41 universidades públicas e privadas no Brasil”.

Os argumentos pouco consistentes do *Correio Braziliense* foram denunciados pela UNE, por meio de um comunicado esclarecedor: “A matéria é irresponsável. Insinua que há irregularidades ou favorecimento à UNE sem apontar fatos concretos. A UNE, assim como qualquer organização civil, tem toda a legitimidade de pleitear verbas públicas e o faz com toda a responsabilidade e dentro dos parâmetros legais”, registra Lúcia. O jornal *O Estado de S.Paulo* dispensou a linguagem maliciosa do *Correio Braziliense*, mas bateu na mesma tecla quatro dias depois. Com o título “Lula aumenta repasse para UNE em 20 vezes”, a matéria do diário paulista divulgou com mais fidelidade a versão da entidade.

“Tanto é o cuidado com o dinheiro público que nunca houve uma rejeição de prestação de contas da UNE”, disse

Lúcia ao repórter Guilherme Scarance. A presidente da entidade reafirma a autonomia do movimento estudantil. “Não há constrangimento para iniciativas de oposição”, agrega ela, lembrando o movimento “Fora, Meirelles” — pela demissão do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles — e os protestos contra o corte de R\$ 1 bilhão no orçamento da Educação. Para explorar a matéria, o *Estadão* lançou uma enquete em seu site, com a pergunta “Na sua opinião, a UNE ainda representa os estudantes?”. Até 15 de março, a maioria dos mais de 5.600 votantes tinha assinalado a opção “sim”.

As críticas ao movimento sindical partem de pressupostos igualmente deturpados. Em 1º de março, a *Folha de S.Paulo* sentenciou: “Crise revela despreparo de sindicatos”. O jornal via nas centrais de “falta de sintonia com o cenário econômico e social”, além de “atrelamento” ao governo. No *Estadão* de 14 de março, o jornalista Mauro Chaves destilava mais preconceito: Lula teria conseguido “amaciar as forças sindicais”, introduzindo no movimento um “neopeleguismo galopante, deslavado e ultrajante”. Os dois jornais paulistas fazem coro ao desqualificar medidas democráticas — como o reconhecimento jurídico das centrais e o repasse a elas de parte do imposto sindical. “As centrais começaram a receber uma fatia do imposto em 2008, mas as manifestações não diminuíram em momento algum”, afirma Artur Henrique, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

O fato é que, para provar suas teses, *Folha e Estadão* não

apresentam dados concretos nem tecem comparações sobre a atuação das centrais antes e depois da eclosão crise. *A Folha*, um pouco mais preocupada, edita opiniões de “especialistas” e líderes sindicais. Mas nenhum dos jornais diz que historicamente — e não apenas hoje — o movimento sindical sofre mais restrições em cenários de crise econômica e

desemprego. “Na fase da bonança, há uma correlação de forças mais favorável para mobilizarmos os trabalhadores e pressionamos pela ampliação de direitos e conquistas. Com a crise, surgem demandas mais urgentes, como a luta contra o desemprego”, diz Wagner Gomes, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Em defesa dos sem-terra

Os jornalões só deixam a ironia à parte quando o assunto é o MST. Não há concessões na mídia a um movimento que luta pela reforma agrária e prega a ocupação de terras contra uma das maiores injustiças do País — a estrutura rural latifundiária. É por essa razão que a mídia aplaude a repressão organizada por autoridades como a governadora Yeda Crusius (PSDB-RS) — que ordenou à Brigada Militar que impedisse qualquer manifestação sem-terra e fechou escolas itinerantes do MST. O *Zero Hora*, maior jornal gaúcho, foi um dos mais entusiasmos defensores da repressão.

Nada comparável à superexposição que os veículos da grande mídia fazem às declarações reacionárias de Gilmar Mendes contra o MST. Adotando um comportamento incompatível com o cargo de presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Mendes convocou jornalistas, reiteradas vezes, para criminalizar o movimento e respaldar a perseguição. Primeiro, acusou o governo Lula de fazer “repasses ilícitos” a grupos que, a seu ver, praticam “ações ilegais”. Ele e a imprensa se esqueceram de informar que o MST, por princípio, não usa dinheiro público em ocupações de terra. Mas Mendes não ficou por aí: cobrou ação do Ministério Público e acusou um procurador-geral da República de proteger os sem-terra. O motivo: o procurador defende o Estado Democrático de Direito e não aceita a criminalização automática do MST. Mendes anunciou ainda que Conselho Nacional de Justiça (CNJ) — presidido por ele — recomendou aos tribunais brasileiros que



julguem, prioritariamente, ações sobre conflitos fundiários. Mendes falava, a grande imprensa ecoava.

Na opinião de João Paulo Rodrigues, membro da direção nacional, Gilmar Mendes é “um ‘Berlusconi tupiniquim’”. Em entrevista promovida pelo MST, o líder sem-terra denunciou “o intenso ataque ideológico à esquerda e aos movimentos sociais”. Segundo João Paulo, o presidente do STF “é ágil para defender o patrimônio, mas lento para defender vida”, “ataca os povos indígenas, os quilombolas, os direitos dos trabalhadores, os operários e defende os militares da ditadura militar”. A UNE — que participa com o MST da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) — saiu em defesa dos sem-terra. “Os mesmos que criminalizam o MST se calam perante os massacres de camponeses — que continuam ocorrendo como outrora em Eldorado dos Carajás”, registra uma nota assinada por Lúcia Stumpf.

Outras manifestações em solidariedade se multiplicaram, partindo de entidades do campo, passando pelos membros do CMS e partidos políticos, até personalidades e autoridades progressistas. “Alguém já viu, por acaso, este presidente do Supremo se levantar contra a violência que se abate sobre os trabalhadores do campo, ou denunciar a grilagem de terras públicas, ou cobrar medidas contra os fazendeiros que exploram mão-de-obra escrava?”, indagou Dom Xavier Gilles de Maupeou d’Ableiges, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT). “O Estado brasileiro seria muito melhor se as autoridades se limitassem a exercer suas



próprias atribuições”, disparou o procurador-geral da República Antonio Fernando de Souza.

Uma nota do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social não poupou críticas ao papel lastimável da “mídia corporativa” nesses episódios. “Estas articulações políticas conservadoras, às quais os grandes grupos de comunicação brasileiros estão historicamente ligados,

tornam estes veículos incapazes de refletir os problemas do povo brasileiro”, afirmou o grupo. “Todos os espaços dedicados às denúncias contra o MST tratam o tema como um caso de polícia, mas não há uma reflexão mais profunda sobre a questão agrária no Brasil, que aborde os sem-terra como um problema social, herdeiros de uma dívida histórica do Estado brasileiro.”

Pelos direitos das Mulheres

Por *Lúcia Stumpf**

Nos marcos do dia 8 de março deste ano, a UNE foi homenageada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres pelo papel que vem cumprindo na luta contra o machismo em nosso país. Temos de fato muito do que nos orgulhar, mas os desafios são grandes e há muito mais ainda por conquistar.

Nunca tivemos tantas referências femininas à frente de entidades representativas do movimento estudantil como hoje e isso não acontece por acaso. A participação das mulheres tem crescido como consequência dos constantes debates e fóruns que estimulam a reflexão feminista no seio do movimento e que permitiram avanços no combate ao machismo e na conscientização de uma ampla parcela dos estudantes, principalmente a partir da criação da Diretoria de Mulheres.

Ainda assim, tanto a Universidade quanto o movimento estudantil refletem o machismo de nossa sociedade, marcada pela desigualdade entre homens e mulheres. Além de recebermos os menores salários e ocuparmos postos menos valorizados em geral longe dos espaços de poder, somos constantemente vítimas de violência física, sexual e moral.

Chocou o País o recente drama da menina pernambucana de 9 anos de idade que praticou um aborto de gêmeos, interrompendo uma gravidez fruto do estupro recorrente do padrasto. Foi um caso emblemático que trouxe novamente à tona o debate sobre legalização do aborto

e a necessidade de vivermos em um Estado laico, livre dos dogmas religiosos que devem ser respeitados como opção individual.

Não podemos admitir que sejam necessários episódios como esse tomarem os noticiários para que o debate sobre o aborto legal e seguro como um direito das mulheres seja feito abertamente pela sociedade. Pouco se fala sobre o abortamento inseguro ser hoje a segunda maior causa de morte materna no País. Não aparecem nos jornais dados da OMS e do Ministério da Saúde que demonstram que a criminalização do aborto não impede que as mulheres interrompam uma gravidez

Para organizar e estimular a participação das mulheres no movimento estudantil a UNE realizará o 3º Encontro de Mulheres Estudantes de 1 a 5 de maio em Belo Horizonte.

indesejada, apenas coloca essa experiência na clandestinidade e expõe as mais pobres a riscos para sua vida e saúde. As milhares de mulheres, na maioria jovens, negras e pobres, que morrem todos os anos em decorrência de complicações de um aborto inseguro seguem anônimas e sem rostos para uma sociedade que se recusa a tirar o véu da hipocrisia.

Fechando os olhos para a realidade que se impõe, cresce no Congresso Nacional a ofensiva contra o direito das mulheres. Impulsionados pelos setores mais conservadores da sociedade, deputados e senadores organizam a CPI do aborto que pretende retroceder as previsões do código penal, impedindo o aborto em qualquer situação.

É neste contexto que a luta contra o machismo e pela legalização do aborto alçou *status* de prioridade na pauta da UNE. Na recente Caravana da Saúde, o debate sobre a legalização do aborto teve centralidade e esteve presente ao longo de todo o percurso. O movimento estudantil, como impulsionador das grandes conquistas de direitos, levanta com muita coragem a bandeira da legalização do aborto, pelo direito das mulheres.

Incentivar a participação e organizar as mulheres em todos os espaços do movimento estudantil é passo primordial para fazermos avançar nossas conquistas. Todas ao 3º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE!

* Presidente da UNE



AMÉRICA LATINA, DESAFIADORA

Por Noam Chomsky*

Há mais de um milênio, muito antes da Conquista Europeia, uma civilização perdida floresceu na área hoje conhecida como Bolívia. Arqueólogos estão descobrindo que a Bolívia foi uma sociedade rica, sofisticada e complexa - citando suas palavras: "Um dos ambientes artificiais mais amplos, excêntricos e ecologicamente ricos da face do planeta... Suas vilas e cidades eram espaçosas e formais", criando uma paisagem que era "uma das melhores obras de arte da humanidade, uma obra-prima".

Atualmente, a Bolívia, assim como grande parte da região que vai da Venezuela até a Argentina, está ressurgindo. A Conquista e seu eco sobre a dominância imperial dos EUA no hemisfério estão abrindo caminho para a independência e interdependência que marcam uma nova dinâmica nas relações entre Norte e Sul, tendo como pano de fundo o derretimento da economia dos EUA e do mundo.

Na última década, a América Latina se tornou a região mais progressista do mundo. Iniciativas em todo o subcontinente têm tido um impacto significativo em países individuais e na lenta emergência de instituições regionais. Entre elas, há o Banco Del Sur, endossado em 2007 pelo ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, em Caracas, Venezuela; e a ALBA, a Alternativa Bolivariana para a América Latina e o Caribe, que podem ser a prova de que sua promessa inicial pode ser concretizada.

A Alba é geralmente descrita como uma alternativa à "Área de Livre Comércio das Américas", patrocinada pelos EUA, mas os termos são enganosos. Ela deve ser entendida como um desenvolvimento



9ª FSM reafirmou a integração da AL

independente, não como uma alternativa. Além disso, os chamados “acordos de livre comércio” guardam uma relação limitada com o livre comércio, ou mesmo com o comércio em qualquer sentido mais rigoroso desse termo; e eles certamente não são acordos, pelo menos não se pessoas fazem parte de seus países.

Um termo mais adequado seria “acordos sobre direitos do investidor”, desenvolvidos por corporações multinacionais, bancos e os estados poderosos que satisfazem seus interesses, que são geralmente estabelecidos em segredo, sem a participação ou o conhecimento do público.

Outra organização regional promissora é a Unasul, a União das Nações da América do Sul. Elaborada na União Européia, a Unasul deseja estabelecer um parlamento Sul-Americano em Cochabamba, Bolívia, um local apropriado: em 2000, o povo de Cochabamba organizou uma luta bem-sucedida e corajosa contra a privatização dos recursos hídricos — que despertou solidariedade internacional, como prova do que pode ser atingido pelo ativismo comprometido.

A dinâmica do cone sul fluiu, em parte, da Venezuela, com a eleição de Hugo Chávez, um presidente

de esquerda dedicado a usar os vastos recursos da Venezuela para o benefício do povo venezuelano, não para obter riqueza e privilégio no ambiente doméstico e internacional, e para promover a integração regional, tão desesperadamente necessária como pré-requisito para a independência, para a democracia e para um desenvolvimento significativo.

Chávez definitivamente não está sozinho com relação a tais objetivos. A Bolívia, o país mais pobre do continente, talvez seja o exemplo mais dramático.

A Bolívia desbravou um importante caminho para a verdadeira democratização no hemisfério. Em 2005, a maioria indígena, a população mais reprimida no hemisfério, entrou na arena política e elegeu uma pessoa de sua própria classe, Evo Morales, para buscar programas oriundos de organizações populares.

A eleição foi apenas um estágio em lutas contínuas. Os problemas são sérios e bem conhecidos: controle sobre recursos, direitos culturais e justiça em uma sociedade multiétnica complexa, além da enorme lacuna social e econômica entre a grande maioria e a pequena elite rica, os governantes tradicionais.

Como consequência, hoje a

Bolívia é o cenário do confronto atual mais perigoso entre democracia popular e elites europeizadas privilegiadas, que se ressentem da perda de seus privilégios políticos e, assim, se opõem à justiça social e à democracia, algumas vezes de forma violenta. Rotineiramente, eles contam com o apoio dos EUA.

Em setembro último, em uma cúpula da Unasul realizada às pressas em Santiago, Chile, os líderes sul-americanos declararam “seu apoio total e sólido ao governo constitucional do Presidente Evo Morales, cujo mandato foi ratificado pela vasta maioria” - referindo-se à sua vitória no recente referendo.

Morales agradeceu à Unasul, observando que: “Pela primeira vez na história da América do Sul, os países de nossa região estão decidindo como resolver nossos problemas, sem a presença dos Estados Unidos”. Os Estados Unidos dominaram por muito tempo a economia da Bolívia, especialmente para o processamento de suas exportações de estanho. Como o estudioso de relações internacionais Stephen Zunes afirma, no início da década de 1950, “em um ponto crítico no esforço da nação para se tornar mais auto-suficiente, o governo dos EUA forçou a Bolívia a usar seu escasso capital não para o seu próprio desenvolvimento, mas para compensar os antigos proprietários de minas e reembolsar seus débitos estrangeiros”.

As políticas econômicas infligidas à Bolívia naquela época foram precursoras dos programas de ajuste estrutural impostos ao continente 30 anos mais tarde, sob os termos do “consenso de Washington” neoliberal, que geralmente tem efeitos desastrosos onde quer que suas estruturas sejam observadas.

Atualmente, entre as vítimas do fundamentalismo do mercado

neoliberal passaram a figurar os países ricos, onde o curso da liberalização financeira ocasionou a pior crise financeira desde a Grande Depressão.

As modalidades tradicionais de controle imperial — violência e guerra econômica — estão afrouxadas. A América Latina tem escolhas reais. Washington entende bem que tais escolhas ameaçam não apenas seu domínio do hemisfério, mas também sua dominância global. O controle da América Latina tem sido o objetivo da política externa dos EUA desde os primeiros dias da República.

Se os Estados Unidos não pudessem controlar a América Latina, não poderiam esperar “atingir uma ordem bem-sucedida em qualquer outro lugar do mundo”, concluiu o Conselho de Segurança Nacional de Nixon, em 1971, enquanto considerava a importância primordial da destruição da democracia chilena, como ocorreu.

Os grandes estudiosos reconhecem que Washington tem apoiado a democracia se, e somente se, ela contribui para a realização de interesses estratégicos e econômicos, uma política que continua sem mudanças em todas as administrações, até na atual.

Essas preocupações antidemocráticas são a forma racional da teoria do dominó, às vezes mais precisamente chamada de “a ameaça do bom exemplo”. Por tais razões, mesmo o menor deslize a esta obediência rigorosa é visto como uma ameaça existencial que demanda uma reação severa: organização de camponeses em comunidades remotas no norte do Laos, cooperativas de pesca em Granada e assim por diante, em todo o mundo.

Esta é uma América Latina com uma nova autoconfiança, e a integração tem ao menos três

dimensões - regional, um pré-requisito crucial à independência, fazendo com que o mestre do hemisfério tenha dificuldades para tomar os países um a um; global, ao estabelecer relações Sul-Sul e ao diversificar mercados e investimentos, com a China sendo cada vez mais uma parceira significativa nos assuntos hemisféricos; e interna, talvez a dimensão mais vital de todas. A América Latina é conhecida por suas concentrações extremas de riqueza e poder, assim como pela falta de responsabilidade das elites

privilegiadas em relação ao bem-estar da nação.

A América Latina tem problemas gigantescos, mas há muitos desenvolvimentos promissores que talvez possam anunciar uma era de verdadeira globalização — integração internacional com os interesses do povo, não investidores ou outros grupos concentradores de poder.

**Professor emérito de lingüística e filosofia no Instituto de Tecnologia de Massachusetts em Cambridge. Texto originalmente publicado no New York Times*

El Salvador preferiu a mudança

A eleição à Presidência da República do candidato da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), Mauricio Funes, abre o caminho de um processo de mudanças para El Salvador. É a primeira vez que o país elege um presidente de esquerda. Marca, também, a ascensão da FMLN, uma força que carrega mais de 70 anos de história.

Com a vitória, El Salvador se soma ao leque de países da América Latina que optaram por um caminho diferente do imposto pelo imperialismo norte-americano, que com o receituário neoliberal aprofundou a dependência e a miséria na região.

Em 20 anos de políticas neoliberais aplicadas pela Aliança Republicana Nacionalista (ARENA) foram privatizados a eletricidade, os bancos e as telecomunicações, e a pobreza atinge quase 40% da população.

Como assinalou em seu blog o jornalista Rodrigo Vianna, no mapa da América Latina restam apenas 3 países que são de fato alinhados com a política estadunidense, o México, a Colômbia e o Peru.

Funes, que tomará posse em 1º de junho, tem nas mãos enormes desafios, mas os principais são a redução da pobreza e da violência. Ele deverá caracterizar o seu governo mais pelo tom da independência do que da demarcação política com os EUA.

Dentro do programa de governo do FMLN prevê-se gerar empregos, reduzir o custo da vida e melhorar a saúde e a educação, bem como implementar planos de curto, médio e longo prazos para erradicar as causas da violência. O fortalecimento do Estado depredado pelo neoliberalismo, a luta contra a corrupção, o desenvolvimento rural, a criação de uma rede de segurança alimentar para proteger a grupos vulneráveis e uma economia comprometida com o bem-estar social, também são metas do novo governo.

Fontes: Prensa Latina e Blog do Rodrigo Vianna



A perspectiva aberta pela convocação da Conferência Nacional de Educação faz com que a luta histórica do movimento estudantil por mudanças profundas na universidade entre em nova fase. O momento é de intensos debates e mobilizações para aprovar as principais propostas que constam do projeto de Reforma Universitária da UNE.

Por Fernando Borgonovi

Pauta permanente na história do movimento estudantil brasileiro, a luta pela Reforma Universitária entrou em nova fase a partir da realização do 12º Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE, no último mês de janeiro. O evento ocorreu em Salvador (BA), que há 30 anos abrigou o Congresso de reconstrução da entidade e há dez anos sua primeira bienal de cultura. O Coneb reuniu 1398 entidades, que discutiram e construíram a proposta de mudanças no Ensino Superior que os estudantes defenderão no processo de mobilização da Conferência Nacional de Educação, cujas etapas iniciais ocorrem já em abril de 2009.

Dividido em 13 pontos, o projeto foi pensado para ser o programa máximo de reivindicação da União Nacional dos Estudantes. É resultado de um acúmulo histórico de debates dos movimentos sociais que atuam na educação, tendo contribuições de amplo espectro de opiniões políticas presentes nos movimentos. A escolha de realizar um fórum com Centros e Diretórios Acadêmicos especificamente para travar o debate da Reforma, além de valorizar o papel das entidades de base na formulação de políticas, foi também uma aposta da UNE para dar capilaridade ao projeto, fazendo com que toda a rede do movimento estudantil se aproprie do seu conteúdo. Para ver a íntegra do Projeto de Reforma Universitária da UNE acessar www.une.org.br.

Vamos democratizar

O conceito principal que permeou

os debates do Conselho foi acerca da necessidade de se democratizar o Ensino Superior brasileiro, fator tido como fundamental para a construção de um projeto de desenvolvimento nacional soberano, capaz de explorar todas as potencialidades do País. No caso, o conceito de “democratizar” abrange tanto a participação dos já universitários nas discussões sobre os rumos dos seus cursos, quanto a abertura das instituições para o ingresso de um grande contingente de novos estudantes e uma política de assistência que possibilite a manutenção dos mesmos. Abarca ainda tanto o ensino público quanto o privado.

Para Flávia Calé, diretora de Universidades Públicas da UNE, as propostas levantadas no projeto refletem essa preocupação. “Nossa principal formulação está na luta pela radical democratização da universidade brasileira, através da ampliação do acesso, com abertura de mais bolsas do ProUni [Programa Universidade Para Todos], através da expansão das universidades públicas e da garantia de permanência com a implantação do PNAES [Programa Nacional de Assistência Estudantil]. A assistência estudantil para os estudantes de baixa renda, tanto das universidades públicas quanto das privadas, ganha cada vez mais importância. Até porque a ampliação do ProUni impõe essa necessidade de o Estado brasileiro também se responsabilizar pela permanência desses estudantes da rede privada”.

Por outro lado, ressalta a dirigente, há que se ampliar a participação estudantil e de outros setores da sociedade nas instâncias de decisão das universidades. “Aliado à ampliação de vagas, é necessário modificar a estrutura do Ensino Superior. Podemos fazer isso através da implementação



Estudantes votam na plenária do Coneb

de eleições diretas para reitor, órgãos colegiados paritários e com incorporação da sociedade civil nos espaços de decisão e, principalmente, a partir de uma reestruturação acadêmica da universidade que democratize o acesso e a circulação do conhecimento e da pesquisa”.

O projeto critica a organização da universidade em departamentos, classificados como “feudos acadêmicos” sem conexão entre si, o que dificulta a mobilidade entre áreas do saber, e defende a instituição do ciclos básicos para que o ensino seja mais humanista e os estudantes façam escolhas profissionais mais conscientes. “Defendemos a formação de cidadãos críticos e capazes de intervir em sua realidade e não meramente mão de obra para o mercado. Sendo

assim, o ciclo básico seria uma instância voltada para uma formação mais humanista e generalista, buscando interdisciplinaridade e a criatividade”, aponta o projeto.

Ensino como bem público

A regulamentação do ensino privado é vista como elemento estratégico para o avanço da educação do País. As reivindicações dos estudantes não se resumem ao problema do valor das mensalidades, elas fazem profunda crítica ao modelo de instituição de baixo custo, muito em voga hoje em dia. “O que se verifica na prática é que, embutida na redução de mensalidade, vem também a redução de qualidade, com poucos investimentos em infraestrutura, biblioteca, pesquisa e corpo docente”, aponta o documento.

Portanto, ganha centralidade para o movimento estudantil a discussão sobre o estabelecimento de critérios de qualidade do ensino privado, já que, sendo concessão pública, tem obrigações sociais a cumprir sob fiscalização do poder público. Ainda nesse sentido, o projeto cobra a limitação da entrada de capital estrangeiro na educação, posto que cada vez mais universidades são abocanhadas pela volúpia de grandes grupos de fora em busca de lucros. De forma distinta, duas grandes universidades privadas já seguiram esse caminho: o grupo Anhanguera, que hoje é uma Sociedade Anônima, que tem suas ações na Bolsa de Valores e o obscurantismo de praxe em relação aos “investidores”; e a Anhembí Morumbi, essa efetivamente comprada pelo grupo Laureate International Universities.

A secretária de comunicação social da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee), Maria Clotilde Lemos Petta, alerta que a busca constante por lucros acaba desvirtuando o papel das instituições, dando à educação o caráter de mero produto de mercado e, em outros casos, promovendo currículos incompatíveis com a realidade

brasileira. “Um dos problemas é o da desnacionalização da educação, que atenta à soberania e compromete os currículos. Mas tem a questão do tipo de instituição. Os grupos que fazem esses investimentos são de especulação, sem nenhuma preocupação com a educação. Eles acabam reproduzindo um modelo de Ensino Superior com viés de mercantilização, sem nenhuma associação entre ensino-pesquisa-extensão, preocupadas com a redução de custos, que não atendem ao que é importante para as necessidades do país”, diz.

Com a crise capitalista, várias instituições de ensino particulares estão - ou em decorrência ou aproveitando-se dela - buscando financiamentos públicos para saírem das dificuldades, utilizando como argumentos o aumento da inadimplência e os prejuízos que o eventual fechamento das instituições causaria aos próprios alunos. O projeto da UNE traz a preocupação de que, em casos desse tipo, o mecanismo correto seria o processo de federalização dessas universidades, pois resguardaria a posição dos estudantes.

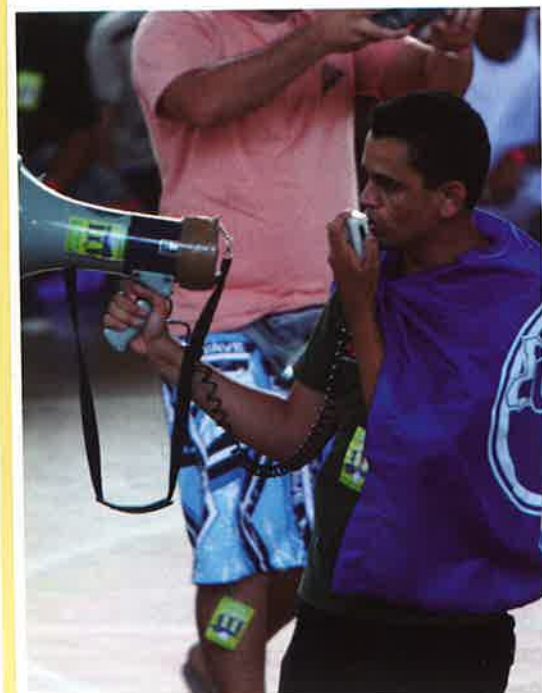
Nova fase na luta pela Reforma Universitária

Desde sua fundação, a UNE luta por uma Reforma Universitária democrática. Na década de 60, conseguiu elaborar pontos principais do que seriam os anseios dos estudantes, mas o processo político que poderia desaguar em mudanças, através das Reformas de Base propostas por João Goulart, foi interrompido com o golpe militar e a perseguição às lideranças do movimento no período seguinte.

Posteriormente, nos anos de implementação do neoliberalismo, a marca dessa luta foi a resistência



Aprovada no 12º Coneb, proposta de Reforma foi construída pelo Movimento Estudantil



contra a política de viés privatizante do Ensino Superior público que emanava do ministério da Educação. Apenas em meados desta década é que o processo voltou a ganhar impulso, a partir principalmente do debate inaugurado pelo envio do PL 7200/06 ao Congresso Nacional. Ainda assim, as fortes pressões dos “tubarões” de ensino acabaram por levar o projeto de volta à gaveta.

No entanto, a luta pela Reforma Universitária ganha novo alento agora, com a convocação da Conferência Nacional de Educação, responsável pela elaboração da proposta de Sistema Nacional de Educação, dentro do qual estarão as políticas e as metas a serem atingidas entre os anos de 2011 a 2020. Os movimentos sociais ligados à educação defendem que o sistema deveria abarcar tanto o setor público quanto o privado, integrar e promover a cooperação entre as competências dos entes da Federação (União, estados e municípios) no que compete à educação, desde o Ensino Básico até o Superior.

A Conferência foi chamada pelo governo federal e começará com as etapas municipais (não obrigatórias) e estaduais (obrigatórias) ainda em 2009. O movimento social participa do comitê organizador, inclusive com as entidades estudantis - UNE e UBES - presentes em todas as comissões. O processo de Congresso da União Nacional dos Estudantes será praticamente no mesmo período das primeiras etapas, o que pode contribuir para uma grande mobilização estudantil para a Conferência.

O fato de ter realizado um Conselho e reformulado suas pautas educacionais tão recentemente deixa a UNE bem posicionada para intervir no processo de debates, já que as orientações aprovadas



Grupo de estudantes debateram os 13 pontos do Projeto

servem a um só tempo para guiar a intervenção e para ajudar a mais alunos participarem do processo, segundo Rafael Chagas, diretor de políticas educacionais da entidade. “Temos que usar o projeto de reforma universitária da UNE como a formulação nossa para ser utilizada na Conferência Nacional de Educação. Temos dois jeitos de atuar na Conferência, um é com a formulação e outro com a mobilização. Por um lado, vamos lutar para incorporar ao texto base as nossas formulações, as nossas demandas, e, por outro, vamos utilizar o projeto da UNE para mobilizar os estudantes para participarem da Conferência, que já começa em abril com as etapas municipais”, indica.

O processo de Conferência acontece num momento em que o movimento estudantil estabelece uma pauta propositiva, e está obtendo importantes conquistas. “Alguns setores teimam em dizer que os movimentos sociais estão em crise, buscando nos deslegitimar. Mas o fato é que estamos num período em que várias reivindicações foram vitoriosas, como a expansão de vagas através do ProUni e do Reuni [Programa de Apoio ao Plano de

Reestruturação das Universidades Federais] nas federais; as mudanças implementadas no FIES; a regulamentação das fundações de apoio após a ocupação da reitoria da UnB; a garantia de duzentos milhões para assistência estudantil. Além disso, há a conquista do Fundeb para o ensino básico, a expansão do ensino técnico e profissionalizante com a proposta dos novos IFETS”, elenca Flávia Calé, para depois expor que os desafios exigem muito mais: “tudo isso não caiu do céu, foram coisas que conquistamos com muita luta e que colocaram a educação brasileira num patamar superior, mas ainda insuficiente para ser o ensino capaz de jogar o papel fundamental no desenvolvimento nacional”.


As perspectivas são positivas para as forças que lutam por alterações na educação brasileira. O êxito na busca desse objetivo, que terá na disputa pela construção do Sistema Nacional de Educação um momento decisivo, dependerá da força de mobilização e do grau de unidade que os movimentos sociais que atuam no setor conseguirem manter, já que a pressão dos setores conservadores para barrar mudanças será, como sempre, muito forte. O movimento estudantil já tem armas para entrar nessa luta.



De olho no bolso, tubarões do ensino recorrem ao 'socorro do Estado'.

Usando a crise econômica internacional como justificativa, instituições privadas pedem linha de financiamento ao BNDES para salvar suas empresas das consequências inevitáveis de um modelo de expansão desastroso incentivado pelo governo FHC.

Por Renata Mielli



Inverter a lógica da dominação do setor privado no Ensino Superior brasileiro é uma luta de interesse de toda a sociedade. Prevista pela Constituição de 1988, a oferta de vagas em instituições privadas deixou de complementar o sistema educacional e tornou-se a forma dominante. O

indutor dessa dominância foi o plano de expansão de instituições privadas, promovido pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e conduzido por seu ministro Paulo Renato de Souza.



É verdade que havia uma demanda não coberta pelo setor público, mas a política de FHC atraiu para esse segmento “muitos empresários, inclusive os que não tinham nenhuma ligação com a área, o que provocou expansão acelerada acima do necessário”. A constatação vem do próprio mercado e foi feita por Ryon Braga presidente da Hoper Educacional - empresa especializada em consultoria

de marketing e planejamento estratégico para instituições de ensino.

O desenho que resultou desse processo foi um setor que abriga todo tipo de instituição. Algumas de qualidade que investem em pesquisa e extensão, outras com certa qualidade educacional, muitas sem compromisso algum com o estudante ou com a sociedade, algumas que praticam mensalidades condizentes, outras que cobram preços abusivos, há as que são bem geridas, outras tem gestão calamitosa. Ou seja, tem de tudo no grande supermercado em que se tornou o Ensino Superior brasileiro.

Novo cenário

Buscando inverter a lógica privatista, há seis anos o governo federal tem investido na abertura de novas instituições e na ampliação de vagas da rede pública. O deputado Carlos Abicalil (PT-MT), membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados alerta que houve uma duplicação das vagas públicas com relação ao que havia em 2003. Além disso, destaca, “houve também a expansão dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, que têm matrículas de nível superior, tanto de graduação quanto de pós-graduação”.

Esse cenário que soma a expansão desordenada do setor privado com

o aumento de vagas na rede pública desaguou num processo de depuração, no qual algumas instituições particulares estão fechando por falta de alunos, outras estão sendo incorporadas pelas maiores, delineando uma crise no setor.

Em artigo recentemente publicado no *Jornal da Ciência*, o professor Casemiro de Medeiros Campos destaca: “Hoje se coloca claramente que as instituições privadas de educação superior vivenciam uma crise sem precedentes. Esta crise tem as suas raízes na má administração, na forte competitividade concorrencial e na falta de alunos para os cursos de graduação. Ou seja, para compreender a situação no mercado das IES privadas é pertinente a analogia com o dito popular: ‘tem muito cacique, pra pouco índio’”.

Carona na Crise

De fato, observa Augusto Chagas, presidente da UEE-SP, “muitas instituições chegaram a uma situação de esgotamento da sua capacidade de desenvolver-se”. Mas, ele registra que “uma parte do setor privado vai muito bem: continua lucrando milhões de reais às custas de mensalidades abusivas, cursos de baixa qualidade e nenhum controle governamental. Insinuar que todas as grandes



universidades privadas passam por dificuldade financeira é uma grosseria com nossa capacidade crítica!”, diz ao se referir a carona que as instituições privadas querem pegar na crise econômica mundial para obter mais recursos públicos, ou até mesmo justificar demissões e mais aumento de mensalidades.

Chagas reconhece que existe sim algum impacto da crise mundial na Educação, mas, culpá-la pelas dificuldades do setor “é um enorme oportunismo”, denuncia.

Na opinião da professora Madalena Guasco, presidente da Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino) “o setor educacional privado no Ensino Superior cresceu de um jeito absolutamente desregulado e já vem vivendo uma reestruturação muito anterior a crise. E esse setor agora vai utilizar a crise a seu favor. Tudo o que, na verdade, aconteceu por má administração, ganância, falta de visão de educação como um direito, os empresários dirão que foi por causa da crise”, alerta.

O próprio Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - Semesp, admite que a crise das privadas antecede a avalanche econômica internacional.

“A demanda é muito inferior a oferta. O mercado está saturado” afirmou o presidente da Semesp, Hermes Ferreira Figueiredo, e para ilustrar sua conclusão usou os dados do censo, que mostra que das 2.216.977 vagas oferecidas pelas instituições privadas nos vestibulares de 2007, 51,2% - ou 1.136.427 vagas - não foram preenchidas.

Mais dinheiro público

Apesar de reconhecer que o problema é anterior à crise, o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular solicitou ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) uma linha especial de financiamento, com recursos públicos, para as instituições privadas.

Em nota, a UNE repudiou a solicitação das instituições privadas; “As instituições privadas de ensino além de terem lucrado muito nos últimos anos, já contam com uma série de isenções e benefícios fiscais por parte do Governo Federal. Não se justifica uma linha de crédito público, financiada pelo BNDES, para salvar instituições de ensino que foram irresponsáveis na expansão de vagas que promoveram. Os estabelecimentos

que hoje recorrem ao Estado para sanar seus cofres não respeitam o estudante que acolhem nem mesmo oferecem ensino de qualidade a serviço do desenvolvimento nacional”.

O deputado Carlos Abicalil também tem reservas com relação à iniciativa das particulares, “uma vez que essas instituições já dispõem de uma série de iniciativas no âmbito tributário e fiscal”. Ele lembra, ainda, que boa parte dessas instituições “ganham renegociação de suas dívidas trabalhistas particularmente com a Previdência Social, portanto já vem gozando de benefícios e incentivos do Estado brasileiro, que não podem ser retomadas à uma visão, hoje, de alcançar mais recursos públicos”.

A situação reforça a necessidade de se avançar nas discussões em torno da regulamentação do setor privado, como destaca o projeto de Reforma Universitária aprovado pela UNE.

Há em curso duas crises, uma do sistema em si, em função do desenho que ele adquiriu, e outra é a crise econômica, que certamente terá impacto sobre o setor educacional. Mas, uma coisa é certa, nenhuma dessas duas faces da crise pode ter como vítima o estudante. “A UNE não deixará que a conta desta crise, resultado da gana pelo lucro fácil dos tubarões de ensino, recaia sobre os estudantes. Não podemos admitir a demissão massiva de professores e funcionários ou o fechamento abrupto de cursos sem qualquer preocupação com a qualidade oferecida pelos cursos e com o desenvolvimento acadêmico do estudante”, afirmou a direção da entidade.

LIVRO

Pesa na mochila e no bolso



Indispensável em qualquer curso universitário, o livro é um item que pesa no bolso do estudante. Copiar, baixar da internet ou buscar em sebos reais e virtuais são uma alternativa para baratear os custos de sua aquisição.

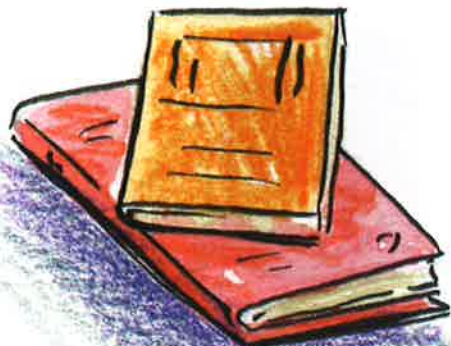
Por Renata Mielli

Nos últimos anos, a expansão do ensino superior tem permitido que um maior número de jovens provenientes de camadas mais populares possa realizar o sonho de fazer uma faculdade. Não há indicadores

precisos quanto ao percentual de estudantes de baixa-renda no Ensino Superior, mas estima-se que cerca de 27% dos estudantes de instituições privadas pertençam às camadas de baixa renda, enquanto na rede pública esse percentual

represente algo em torno de 15%.

Esses dados mostram a pertinência das lutas para democratizar o acesso ao Ensino Superior e, também, pela efetiva adoção de políticas de Assistência Estudantil, voltadas para garantir



a permanência do estudante no curso e permitir que o sonho da formatura se realize tanto para os que ingressaram na rede pública, quanto para os ingressantes da rede privada.

Transporte, alimentação, moradia, creche para os estudantes que têm filhos, acesso ao material didático e atividades complementares são fatores limitantes para o estudante de baixa-renda, que não possui condições financeiras para arcar com essas despesas.

Um estudo realizado pelo professor Paulo Scarano, coordenador do curso de Economia e do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas do Mackenzie, mostra que ao final de uma graduação, o gasto de um universitário pode girar em torno de R\$ 20 mil. “Um estudante que utilize uma viagem de ônibus e uma de metrô, beneficiado pelo

passo escolar, e que gaste em torno de R\$ 50 com materiais em gerais, que compre em média um livro por mês, tome um lanche nos intervalos de aula fazendo um curso com duração de quatro anos e sem ter que refazer nenhuma disciplina terá investido em média R\$ 20 mil”.

Os livros têm um peso considerável nessa cesta de gastos. De acordo com levantamento do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), se adquirir todos os títulos recomendados, o estudante gastaria, em média, quase R\$ 3.400,00 no decorrer da graduação. Mas para cursos como o de Direito esse valor pode atingir a cifra dos R\$ 12 mil reais.

Bom, mas para isso existem as bibliotecas, alguém pode argumentar. De fato, mas atire a primeira pedra quem nunca ficou na mão ao recorrer à biblioteca para consultar uma obra, mesmos nas instituições mais bem equipadas, incluindo nesse *rol* públicas e algumas privadas. Isso, porque as bibliotecas não possuem acervo suficiente para atender à totalidade dos alunos. Segundo aferição realizada pelo Idec em 13 cursos universitários, 34% das obras recomendadas não estavam disponíveis no acervo das faculdades.

Eu copio!

No final da década de 90, quando se iniciou a incorporação das camadas mais populares no Ensino Superior, nas faculdades e seus arredores as copiadoras começaram a proliferar. Sem dinheiro para adquirir os livros, o jeito era fazer cópia deles.

As editoras percebendo que estavam perdendo um mercado

promissor entraram com tudo nessa briga. Amparados pela lei de direito autoral, Lei 9610/98, as cópias reprográficas de obras literárias passaram a ser proibidas e a questão virou caso de polícia. A ofensiva começou em 2005, quando a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) começou a processar universidades e diretórios acadêmicos pela realização de fotocópias de livros. Só naquele ano foram realizados 158 pedidos de busca e apreensão de fotocópias de livros nas universidades. Esse processo deu origem a campanha Copiar livro é direito!

O debate sobre o tema encontra-se na Câmara dos Deputados, que avalia uma proposta para alterar essa legislação. Órgãos do governo como o Ministério da Cultura e várias entidades do movimento social defendem a mudança.

Nesse mesmo rumo, as novas tecnologias criaram a alternativa de fazer *downloads* de livros pela internet. Já há muitas obras, em particular clássicas, digitalizadas e disponíveis para o internauta. Em sites colaborativos como o 4shared e Emule é possível encontrar capítulos ou até obras na íntegra. Mas essa alternativa também enfrenta a patrulha dos que querem controlar o fluxo de informações e a produção e circulação dos bens culturais.

Eu vou de livro usado

Outro caminho que pode ser trilhado para baixar os custos com a aquisição de livros é recorrer ao bom e velho livro usado. E, aqui, há uma novidade que está revolucionando esse mercado. No ar desde 2005, o site Estante Virtual

reúne num só clique o acervo de 1361 sebos de 239 cidades brasileiras com aproximadamente 20 milhões de livros.

Em 2004, quando Alex Garcia teve a ideia de criar a Estante, havia na internet 6 sites de sebos com livros online, “cinco deles eram sebos e um era um livreiro que tinha um acervo na casa dele e foi o primeiro livreiro virtual, até onde eu sei, do Brasil”, conta Garcia.

A procura de livros para o curso de mestrado em Psicologia Social da PUC de São Paulo, Alex Garcia iniciou uma peregrinação em vários sebos para encontrar os livros que precisava. “Me deram essa ideia. Eu fui pessoalmente nos sebos, fui num primeiro, segundo, terceiro, não achei os livros. Até então eu não tinha sido cliente de sebo. Achei muito difícil, pouco prático, ineficaz mesmo a forma de ir perguntado nos sebos. Tinha que soletrar o nome do autor, a maioria não sabia se tinha, via de regra não tinha o livro. As pessoas imaginam que eu fiz o portal porque eu era um grande fã de sebo. Não, ao contrário, eu não me adaptei a essa forma de busca manual, pessoal, pulverizada. Então eu fui em 3 ou 4 sebos não achei. Ai eu fui na internet para ver se eu encontrava algum sebo na internet para achar os livros que eu estava querendo. E ai vi esses sebos e alguns outros sebos mais rudimentares que nem acervo listado tinha, só tinha um e-mail para a gente enviar”, relembra.

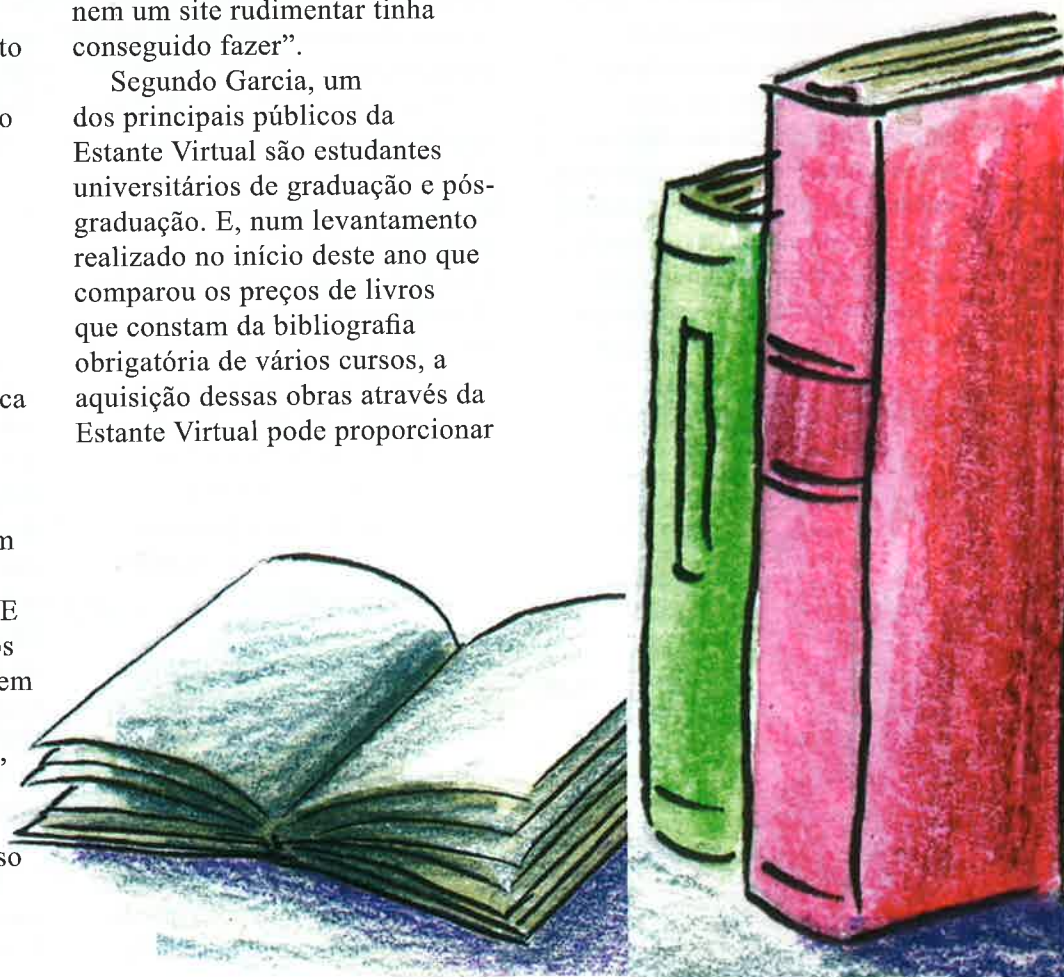
Espantado com essa desigualdade, “esse desconpasso entre os sebos que tinham páginas super rudimentares, que eram a maioria, e uma

minoría que eu chamei de elite com páginas incrementadas”, Alex Garcia pensou como seria reunir em um só portal esses sebos, “possibilitando que todos colocassem seus acervos *online*, e ao mesmo tempo, que a pessoa pudesse acessar um site só ao invés de acessar vários. Me motivou pensar o que isso ia resolver para a gente buscar livros, que era ali o meu problema pessoal, mas também me motivou, a ideia de mexer numa estrutura de poder que seria imutável, virar o jogo e acabar com aquele oligopólio de meia-dúzia e dar a chance para os outros 100 cadastrarem seus livros e serem visíveis e mais do que isso, dar a chance para as outras dezenas, centenas que nem um site rudimentar tinha conseguido fazer”.

Segundo Garcia, um dos principais públicos da Estante Virtual são estudantes universitários de graduação e pós-graduação. E, num levantamento realizado no início deste ano que comparou os preços de livros que constam da bibliografia obrigatória de vários cursos, a aquisição dessas obras através da Estante Virtual pode proporcionar

uma economia média de 52%. “Na lista que obtivemos maior economia chegamos a 67%, e dentro dessas listas havia livros da Estante até 92% mais baratos”, salientou Garcia.

A Estante, que já movimento em torno de R\$ 1 milhão de reais por mês, centra sua estratégia de divulgação no boca-a-boca, na sala de aula. “A gente sempre ouve relatos de professores que no primeiro dia de aula indicam, ou os colegas já dão um toque quando tem algum livro difícil de achar ou que está muito caro na livraria. O nome da Estante Virtual sempre aparece, justamente por ser um serviço tão inovador, com um papel que realmente é eficaz, que não precisa de marketing”, diz Garcia.



NAS RUAS EM DEFESA DO BRASIL E DA EDUCAÇÃO

Quando os primeiros sinais da crise econômica que abala o mundo apareceram no Brasil, os poderosos daqui se apressaram em apresentar seu receituário para combatê-la. O remédio prescrito, como sempre, foi amargo para a população, prevendo a flexibilização de direitos trabalhistas e o corte de gastos da máquina pública. Representando os anseios da maioria, os movimentos sociais, então, vem a público dizer que o povo não vai pagar pela crise.

O movimento estudantil, através das entidades nacionais UNE e UBES, pretende mobilizar milhares de jovens em todo o País para apresentar a pauta dos estudantes para o enfrentamento da crise, através da ampliação dos direitos e dos investimentos públicos em áreas estratégicas, como educação. Além disso, são reivindicações a redução acelerada dos juros e diminuição do superávit primário, medidas que podem ajudar a conter a crise, uma

vez que liberam recursos para realizar tais investimentos.

Essas pautas ganharão às ruas entre os dias 30 de março e 1 de abril, na Jornada de Lutas convocada pelos movimentos sociais sob o lema “Essa crise não é nossa! Queremos mais investimentos!”. A ideia de uma jornada unificada surgiu no Fórum Social Mundial, em Belém (PA), como forma de denunciar que os vários anos de implementação das políticas neoliberais causaram o colapso econômico e buscar, pela unidade dos setores populares, barrar tentativas de dividir a conta com os povos e alavancar saídas progressistas para a situação.

“Em momentos de crise, devemos ampliar direitos. Afinal de contas, a fórmula neoliberal, do corte de direitos e de investimentos, das privatizações, foi o que causou a crise. Por isso, não vamos aceitar ser chamados a pagar uma conta que não é nossa. Nós, estudantes, vamos pressionar por mais investimentos na educação e achamos que esse é o melhor caminho para o País enfrentar a situação [a crise]”, afirma Ismael Cardoso, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Resposta aos ataques da mídia

Em meio à crise econômica e na falta de um projeto político defensável - já que o neoliberalismo foi à lona -, a grande mídia nacional adotou a linha de promover ataques gratuitos às entidades do movimento social como forma preventiva de se contrapor às mobilizações. Assim, uma série de

matérias negativas foram veiculadas nas últimas semanas contra a UNE, a CUT e o MST, buscando desmoralizar os movimentos populares, questionar seus propósitos e suas reivindicações.

Por isso, outro objetivo da Jornada de Lutas é dar uma resposta para a sociedade brasileira, denunciando o caráter antidemocrático da grande mídia, que tem se colocado como porta-voz das elites e do conservadorismo. Para Lúcia Stumpf, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), “é preciso dar uma resposta para o povo brasileiro frente aos ataques que os movimentos sociais vem sofrendo por parte da grande mídia. Esses ataques representam um movimento orquestrado das elites, com apoio dos grandes meios de comunicação, para dificultar, para tentar impedir a organização do povo”.

A presidente da UNE também considera que o momento ganha relevo, pois os setores dominantes, que foram privilegiados pelas políticas que resultaram na crise, agora buscam sair ilesos dela e só a ação conjunta dos movimentos é que poderá impedi-los de empurrar os estragos para a grande maioria da população. “Vamos construir grandes mobilizações. Há um esforço de amplos setores do movimento social de buscar a convergência e realizar essa grande Jornada de Lutas unificada, pois só juntos conseguiremos resistir aos efeitos da crise e ampliar nossas conquistas”, diz

Fique de olho na programação da jornada em sua cidade pelo site da UNE – www.une.org.br





TROTE SOLIDÁRIO

prepara jovem para atuação cidadã

Entidades combatem violência nos trotes universitários oferecendo novo olhar sobre a responsabilidade social dos estudantes

Por Priscila Lobregatte

A prática do trote violento não é medieval apenas em sua tradição, que remonta ao ano de 1342, quando teria ocorrido o primeiro deles na Universidade de Paris. O termo pode também aludir à brutalidade com que rotineiramente tem sido aplicado esse tipo de rito de passagem.

No Brasil, a cada começo de ano, o medo das violentas “boas-vindas” arrepiava aqueles que conseguiram passar no vestibular. Sobram ocorrências de casos em que os calouros sofreram todo tipo de humilhação e tortura física e psicológica. Caso emblemático foi o de Edison Tsung Chi Hsueh, encontrado morto dia 23 de fevereiro de 1999, depois de ser recepcionado pelos veteranos – até hoje não punidos – da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

O caso chocou a sociedade, que passou a questionar com mais veemência as práticas tidas como humilhantes ou que geram maus tratos aos alunos recém-chegados. Fruto dessa indignação nasceu o Trote Cidadão, iniciativa

da Federação Nacional dos Estudantes de Administração - Fenead, que há dez anos promove ações cujo objetivo, conforme aponta sua missão, é “despertar no calouro a consciência social e a participação ativa na sociedade”.

De acordo com a Fenead, o Trote Cidadão já mobilizou 100 mil estudantes em mais de 200 faculdades e universidades de 20 estados brasileiros. Agora, com a parceria fechada com a União Nacional dos Estudantes, espera-se um aumento no número de adesões.

“Essa cultura vem de fora do país e consiste em rebaixar quem está chegando e mostrar a superioridade do veterano”, diz Newton Pantozzi, presidente da entidade. “E a cada ano que passa, o estudante que foi humilhado vai querer sempre superar aquele que o humilhou, ou seja, acabamos chegando numa situação sem controle”, lamenta.

Para se contrapor a essa triste tradição, busca-se despertar a consciência cidadã em cada estudante. “Costumamos mostrar

que o estudante não é obrigado a participar de nenhum trote e, ao mesmo tempo, apresentamos a alternativa de usar esse momento, que marca a saída da rotina adolescente para a rotina adulta, para se investir numa ação social”, explica Pantozzi.

Como mote para incentivar e ajudar a orientar as iniciativas dos estudantes e faculdades, as organizações que se dedicam à aplicação de trotes responsáveis têm adotado os Oito Objetivos do Milênio, estabelecidos em 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU), como forma de contribuir para mudar a realidade mundial.

Os Oito Jeitos de Mudar o Mundo, como a campanha ficou conhecida no Brasil, engloba o fim da fome e da miséria; a implantação de educação básica de qualidade para todos; a igualdade entre os sexos e a valorização da mulher; a redução da mortalidade infantil; a melhora na saúde das gestantes; o combate à Aids, à malária e a outras doenças; a promoção da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e o trabalho coletivo pelo desenvolvimento.

Quebra de paradigma

Parceira da Fenead há três anos e da UNE a partir de 2009, a Opção Brasil também adotou as propostas da ONU. “Procuramos mostrar esses oito pontos e incentivar o jovem a participar da vida política e social da maneira como ele julgar ser mais adequado”, diz Daniel Vaz, coordenador executivo na ONG.

Apesar de continuar havendo violência, Vaz diz que esse tipo de trote diminuiu “não só porque as pessoas estão mais

Realização
FENEAD

Co-realização
UNE

Organização
UNICEF

Apoio
OPÇÃO BRASIL
UEPB

ISTOE

TROTE CIDADÃO 2009

Realização de ações estudantis que estimulem jovens no apoio ao desenvolvimento do Brasil

www.trotecidadao.org.br

8 JEITOS DE MUDAR O MUNDO

conscientes, mas também porque as universidades têm tomado medidas mais duras de combate à violência e estimulando ações sociais”.

Exemplo disso é a Universidade Estadual da Paraíba, uma das parcerias da Opção Brasil, da Fenead e da UNE. A professora Marlene Alves Souza Luna, reitora da instituição, argumenta que o comportamento violento dos veteranos tem a ver com a banalização da violência. “O limite entre o que é e o que não é considerado violento é muito tênue. Então, muitos veteranos enxergam o trote como algo tradicional dentro dos ritos de passagem. O que tem que ser questionado – e a universidade tem a obrigação de fazer isso – é o significado que queremos dar a esse rito de passagem”.

Dentre as mais variadas ações que têm sido adotadas – como doação de alimentos, roupas, sangue e medula; visitas a orfanatos e asilos; limpeza de praias, entre outros – a UEPB escolheu trabalhar pelo meio ambiente. Segundo Marlene, há hoje um déficit de 800 mil árvores em João Pessoa. “Por isso, escolhemos plantar mudas pela cidade”, lembra. Neste começo de ano, foram plantadas 700. “Trabalhamos para que esta não seja uma ação pontual, mas continuada pelos alunos ao longo do curso”.

A professora salienta que a responsabilidade do estudante com a sociedade tem sido um dos argumentos usados pela universidade para aumentar a adesão às práticas sociais. “Temos de ter a consciência de que no estado da Paraíba existe uma universidade financiada pelo

povo. E muitos dos paraibanos não têm nada para si, nem para seus filhos. Então o estudante tem de ser chamado para essa responsabilidade e entender que ele tem obrigações para com esse povo, com esses 3,6 milhões de patrões que sustentam a instituição”, finalizou.

Contra o trote violento, Câmara aprova punição a agressores

Em fevereiro, a Câmara aprovou, em forma de emenda, o Projeto de Lei nº 1.023/95, apresentado pelos deputados Flávio Dino (PCdoB-MA) e Carlos Sampaio (PSDB-SP), que dispõe sobre a recepção aos novos alunos nas instituições de ensino superior. O projeto, que segue para votação no Senado, proíbe que o trote ofenda a integridade física, moral ou psicológica; importe constrangimento aos novos alunos; os exponha, de forma vexatória; implique pedido de doação de bens ou dinheiro pelos novos alunos, salvo quando destinados a entidades de assistência social.

O texto prevê ainda a maior participação das universidades na apuração dos abusos. Elas passam a ser obrigadas a instaurar processo disciplinar contra os alunos que descumprirem a lei, o que pode resultar na aplicação de multa entre mil e 20 mil reais, valores a serem destinados à aquisição de livros para a biblioteca da universidade. Os alunos podem ainda sofrer suspensão e mesmo ter sua matrícula cancelada. O projeto permite exclusivamente o trote cidadão ou social e as punições criminais para constrangimento ilegal ou outros crimes de maior gravidade, seguirão sendo feitas de acordo com o Código Penal.

À Agência Brasil, o deputado Flávio Dino declarou que “esse é um grande avanço que fará com que, nesse sistema de compartilhamento de responsabilidades, nós tenhamos a diminuição dessas ocorrências que são graves, porque sinalizam na direção da manutenção de uma cultura da violência nascida da juventude e no âmbito da universidade”.

A presidente da UNE, Lúcia Stumpf, também aprovou a ideia: “é necessário que haja a punição desses trotes violentos e humilhantes para que não seja uma tradição nacional. O trote deve ser um momento de incluir o estudante na comunidade acadêmica”. (PL)

Sob as bênçãos da Baía de todos os Santos

A 6ª Bienal da UNE se consagrou como o maior encontro de jovens artistas brasileiros e latinoamericanos.

Por Danielle Franco



Que Salvador tem muitos sabores e cheiros todo mundo já sabe, mas entre os dias 20 e 25 de janeiro deste ano, a capital baiana ganhou novos ares, cores e sotaques. Sob o tema “Raízes do Brasil - Formação e Sentido do Povo Brasileiro”, a 6ª edição da Bienal de Cultura da UNE aportou novamente, depois de dez anos, em terras soteropolitanas, desta vez para propor a mais de 15 mil universitários, secundaristas e pós-graduandos de todo o País e da América Latina o debate sobre os elementos que compõem a cultura brasileira.

O cenário não poderia ser mais oportuno. A Bienal da UNE que já se aventurou pelos muitos universos que compõem a identidade cultural do Brasil, destino de diversos povos, nesta edição fomentou o debate sobre a construção da cultura brasileira a partir das mais diferentes manifestações artísticas que interagiram em um intenso intercâmbio.

Foi uma verdadeira ocupação cultural. Estudantes vindos de todo o país tomaram pontos históricos da cidade. A Bienal da UNE se espalhou pelo Teatro Castro Alves, Pelourinho, Praça Castro Alves, Teatro Gamboa Nova, Teatro Vila Velha, Museu Henriqueta Catharino e Escola de Belas Artes. A intenção de descentralizar os espaços foi intensificar a troca de experiências entre os participantes e também um convite para visitar os pontos históricos de Salvador, segundo Luis Parras, coordenador geral do festival.

Durante os seis dias foram realizados 37 debates, com a presença de 113 convidados de altíssimo nível como o ministro da Secretaria Geral da República Luiz

Dulci, o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República Paulo Vannuchi, o governador da Bahia Jaques Wagner, a deputada federal Manuela D’Ávila, a diretora da Central Única das Favelas (CUFA) Nega Giza, o secretário nacional de juventude Beto Cury, entre outros.

Foram 28 oficinas e minicursos ministrados por profissionais de diversas áreas. Todas as noites, é claro, contaram com apresentações musicais do fino da música brasileira, totalizando 13 grandes shows no Pelourinho. Margareth Menezes, Alceu Valença, Cordel do Fogo Encantado, Marcelo D2, Jorge Mautner, Maracatu Estrela de Ouro e Renegado foram alguns dos artistas que agitaram as noites da Bienal. Além disso, a 6ª Bienal contou com uma extensa programação, que incluiu apresentações de teatro, exposições de filmes e exposições de arte.

O festival também bateu recorde de inscrições: 1.506 trabalhos e 185 projetos selecionados em seis áreas da produção cultural: música, ciência e tecnologia, cinema, teatro, artes visuais e literatura. Além disso, a Bienal envolveu 25 “Pontos de Cultura” de Salvador, abrindo espaço para o diálogo entre as mais diversas manifestações culturais.

Os números refletem a grandiosidade e a diversidade do evento. “Rolou um pouco de tudo: trabalho, aprendizado, alegrias, realizações e, sobretudo, o fortalecimento da convicção de que projetos coletivos podem e devem ser colocados em prática”, avalia o diretor de Cultura da UNE e também coordenador geral desta Bienal, Rafael Simões.





Shows traduzem a multifacetada arte brasileira

O Pelourinho, endereço das festas mais tradicionais de Salvador, foi testemunha da mistura de ritmos que compõe a música brasileira. O mesmo palco recebeu, em dias diferentes, apresentações de maracatu, rap e axé. Até mesmo o kuduro, gênero musical surgido em Angola foi representado nesta edição do festival, levado pela galera do grupo Fantasmão, que faz bastante sucesso em terras soteropolitanas.

A última noite de shows foi brindada por um luau com Alceu Valença na praia de Ondina. Alceu cantou seus grandes sucessos em clima bastante intimista.

Esporte como elemento de integração

O largo do Campo Grande, uma praça localizada no centro de Salvador, mudou de ares com a presença da Bienal. Isso porque, em uma iniciativa inédita, a organização transformou o espaço em uma praça de esportes! Quem passava pelo local tinha livre acesso a quadras de futebol, vôlei,

parede de esquadra, entre outras práticas esportivas.

“O esporte é um importante elemento de transformação social e a juventude, consciente deste fato, aponta e reivindica mais investimentos e ampliação de ações voltadas para o fomento do esporte”, avaliou a presidente da UNE, Lúcia Stumpf.

Bienal transforma o centro de Salvador e aquece a economia local

A comunidade soteropolitana recebeu a Bienal de braços abertos. Prova disso era o intenso vai e vem no Passeio Público, reduto do festival. Por todos os lados percebia-se a interação entre os baianos e as delegações de estudantes.

O festival também aqueceu a economia local. Os restaurantes vizinhos dos alojamentos faturaram uma grana a mais e também fizeram amigos. “A dona de uma lanchonete vizinha à escola Parque (um dos alojamentos) fez um cartaz agradecendo os estudantes e se emocionou na despedida”, relatou Vander Rodermel, estudante de

Santa Catarina.

“A interação entre culturas realmente foi o melhor que pudemos aprender nessa Bienal. Também não vou esquecer a hospitalidade do povo baiano”, lembra já saudosa a estudante catarinense Grasielle Schlenper.

Momento histórico

Este ano a Bienal de Cultura da UNE comemorou seu 10º aniversário e marcou a volta do evento a Salvador, já que em 1999 aconteceu na capital baiana a primeira edição do festival.

2009 também se destaca no calendário do movimento estudantil porque celebra os 30 anos do Congresso de Reconstrução da UNE, realizado também em Salvador, e que colocou a entidade novamente na legalidade.

Culturata: no circuito inverso do Carnaval

A 6ª edição da Bienal foi encerrada com chave de ouro. A passeata cultural coloriu as ruas do centro de Salvador.

Animada pelo grupo Ilê Ayê, a Culturata seguiu na contramão do Circuito mais tradicional do Carnaval de Salvador: ao invés de sair da Barra até a Ondina, os estudantes fizeram o trajeto Ondina-Barra, atrás do trio elétrico da Bienal. Durante a passeata, os participantes entoavam palavras de ordem em defesa da meia entrada e de mudanças estratégicas no financiamento da cultura no Brasil.

Durante o percurso os estudantes foram brindados com um banho de mangueira. Ao final do evento, no Farol da Barra, foi realizada uma ciranda que abraçou o ponto histórico, em retribuição à hospitalidade do povo soteropolitano.

O CUCA esta COM tudo na rede

No ar desde 18 de março de 2007, o blog do Cuca se firmou como um grande instrumento de diálogo cultural. Ele tem cumprido o papel de divulgar as iniciativas dos Cucas espalhados pelo Brasil e de outros pontos de cultura e atividades culturais.

Além do blog, o Cuca tem na web um “canal de televisão”, a TV Cuca. Inaugurada em junho de 2007, a TV é um sucesso de público. No fechamento desta edição de Movimento, o canal já tinha ultrapassado as 108 mil visitas.

Para a coordenadora de Comunicação do Instituto Cuca e estudante de Cinema da Universidade Federal Fluminense, Alessandra Stropp, “chegar a 100 mil visitas é uma constatação do poder dessa linguagem. O Youtube já bomba e a TV Cuca está estreando na modernidade, criando sua própria linguagem audiovisual”, avaliou em entrevista ao Portal Vermelho.

O sucesso da experiência não impede o olhar crítico que aponta a necessidade de buscar aprimorar ainda mais a produção da TV. Para isso, o Cuca está procurando ampliar a rede de comunicadores para diversificar a produção e o surgimento de novos projetos.

Alessandra explica que o diferencial do Cuca é a sua motivação, que está em sintonia com a luta pela democratização

Não é apenas na teia tecida pelos pontos de cultura espalhados pelo país que o Circuito Universitário de Cultura e Arte, o Cuca da UNE está emaranhado. Ele também circula com tudo na rede mundial de computadores.

do direito à comunicação. “Nossa linguagem, diferente das TVs comerciais, não está preocupada com o lucro, mas sim com as demandas culturais da sociedade. Fazemos parte do movimento de mídias livres, que rompem com a relação de produtor e audiência, já que a audiência também é produtora de conteúdos.”

Por isso, reflete Alessandra, “a rede do Cuca é uma alternativa radical que, mesmo pequena e pobre, expressa de forma geral as tendências de oposição, abertas e veladas, nas culturas populares. O que importa é que essa mídia se comunica dispondo de exemplos mais próximos de seu grupo e fala de necessidades que nem sempre estão na agenda das grandes corporações de comunicação”.

Diante dessa perspectiva, a TV Cuca é uma das mídias livres que buscam recursos do edital do MinC, lançado no Fórum Social Mundial (FSM) de Belém, que premiará 10 iniciativas de mídia livre com R\$ 140 mil.

Fonte: Blog do Cuca.



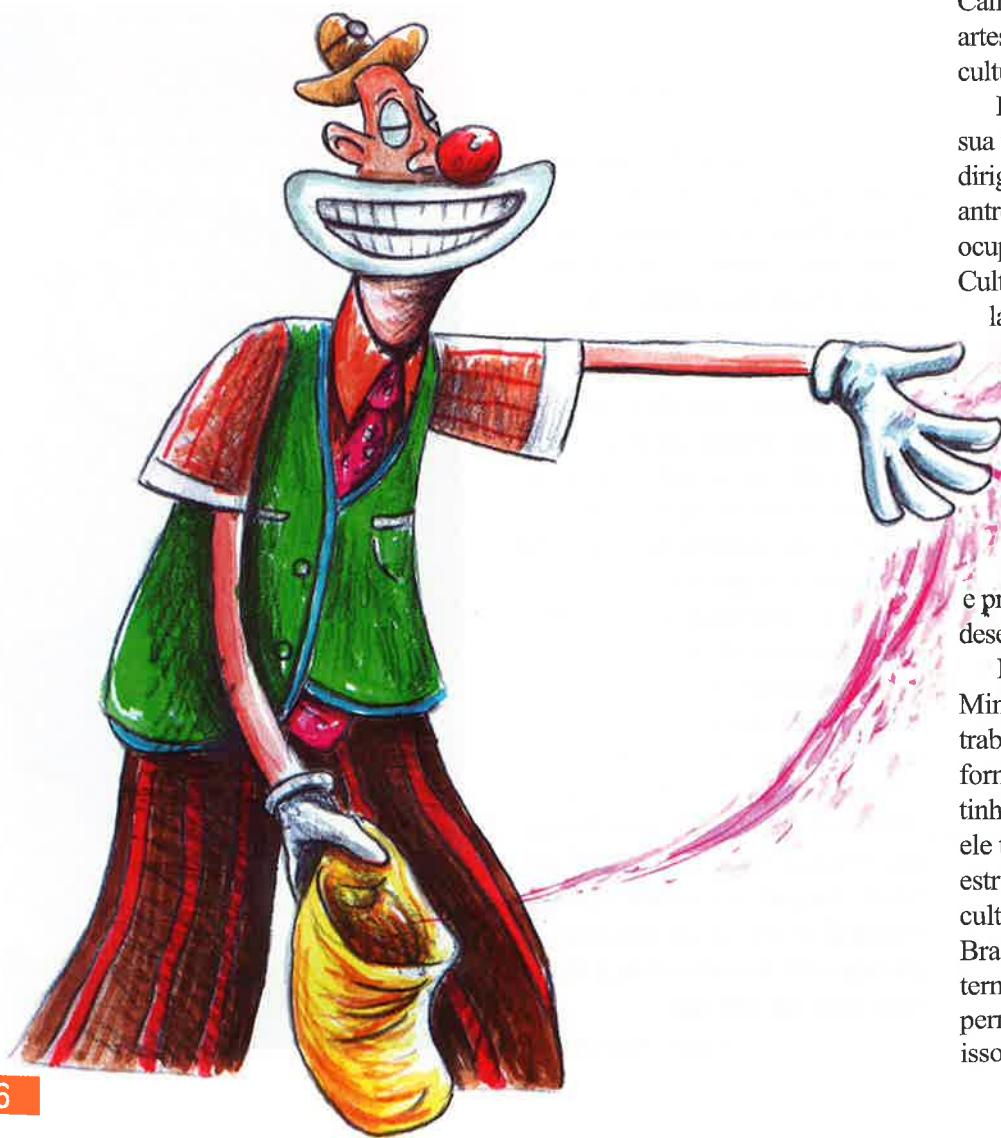
"NÓS QUEBRAMOS A LÓGICA DA DOMINAÇÃO"



Com uma extensa trajetória de participação política que começou em 1977, no movimento estudantil, Célio Turino sempre teve seu olhar voltado para as questões culturais “Mesmo quando estava na universidade, fazendo História na Unicamp, eu me dedicava muito às atividades culturais em bairros, em periferias e favelas na região de Campinas, com cineclubes, feiras de artes em bairros distantes e atividades culturais nessas regiões”, recorda.

Essa convivência cultural marcou sua trajetória profissional. Turino dirigiu vários museus de história e antropologia até ser chamado para ocupar a função de Secretário de Cultura de Campinas, em 1990. “Foi lá que eu desenvolvi o conceito do que hoje são os Pontos de Cultura. É claro que era algo um pouco menos elaborado do que a gente aplica hoje, mas envolvia as casas de cultura, com gestão comunitária e uma série de ações mais autônomas e próprias da comunidade sendo desenvolvidas nesses locais”.

Em 2004, recebeu do então Ministro Gilberto Gil, o convite para trabalhar no Ministério da Cultura na formulação de um programa que não tinha dado muito certo. “Isso porque ele tinha o foco muito voltado para estrutura, para construção de centros culturais em periferias e favelas no Brasil e não tinha muito substrato em termos de conteúdo, do uso e da ação permanente. E cultura é, sobretudo, isso. Muito mais que prédio, cultura





são pessoas. Cultura é um processo contínuo. O próprio nome, a própria etimologia da palavra cultura vem daí. Cultura vem de *colere*, do *latim colere* que é cultivar. E a mudança que eu propus foi simples: nós deixamos de colocar o foco na estrutura pra jogar o foco naquilo que é o próprio fazer cultural”, salienta o responsável por um dos projetos mais bem sucedidos do governo federal, o programa Cultura Viva.

Entrevistado pela coordenadora de Projetos do Cuca da UNE, Aline Portilho, o Secretário de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura falou sobre empoderamento, polifonias, narrativas e novos paradigmas para a sociedade brasileira.

Em cultura há um desnível entre o planejado e o realizado. Como isso se revela no projeto Cultura Viva para você?

É muito doloroso, porque a sociedade não se coloca aberta ao protagonismo da própria sociedade. O sistema eco-

nômico e político, a mídia, todos trabalham num sentido unidirecional. O que nós fazemos com o Ponto de Cultura é incentivar uma polifonia, um protagonismo efetivo dos agentes sociais, das pessoas. Nós quebramos a lógica da dominação, que é concentradora, que vai desde todo mundo se vestir igual até outras formas de concentração de poder, de imposição de formas de trabalho e tudo mais. O

que fazemos é o contrário. O que o Cultura Viva tem de original? Ele segue o fluxo. E ao seguir o fluxo, ele segue a vida. E a vida é inacabada. Tem até uma frase do Paulo Freire que é assim “Onde há vida há inacabamento”. Então, o próprio planejamento, que às vezes é imaginado estático, todo completinho, onde todas as etapas são previstas, conosco é de outra forma. É um planejamento no processo. Caótico, mas nesse sentido da física quântica, que acaba encontrando a ordem nesse caos. De fato é um caminho difícil, é tortuoso, porque a gente trabalha com outros paradigmas. Em vez de um Estado que impõe um Estado que dispõe. Isso parece uma pequena diferença semântica, mas é muito significativa. Porque a natureza do Estado, desde que ele se constituiu há cinco mil anos, é impositiva e concentradora. Nós fazemos o oposto disso. Como que eu exemplifico: nós lançamos um edital em que se abre para receber propostas da sociedade. Nós dizemos qual é o recurso, mas não como aquele grupo social deve agir. Cada um dá uma solução diferente para o recurso que o Estado dispõe. E assim fazemos

um programa bastante diverso e que encontra complementaridade exatamente na diversidade. Isso que é a lógica da vida. Se você for olhar uma floresta, ela é extremamente diversificada e complementar. Tem árvores que nascem mais rápido pra dar sombra pra outras árvores que precisam de mais tempo pra crescer. Por exemplo, o mogno, se você plantar o mogno a céu aberto, a pleno sol, ele não cresce. Precisa ter uma árvore mais frágil sobre ele e ele vai crescendo àquela sombra e fica aquela árvore esplendorosa e secular. Então, um pouco é esse processo da complementaridade que a gente vai percebendo com os Pontos de Cultura. De certa forma eu diria que o programa, ele tem alcançado seus objetivos. Mas, falta muito ainda pra se fazer. Sobretudo porque eles caminham nessa ideia da liberdade, da capacidade da iniciativa, da capacidade criadora das pessoas. Acho que isso acaba superando as dificuldades de estrutura, de concentração. Enquanto paradigma, a maioria das políticas públicas atua a partir da carência, da falta. Então, as pessoas não leem, é preciso oferecer livro para elas. As pessoas não têm acesso ao serviço de saúde, é preciso oferecer um serviço de saúde a elas e assim por diante. O Cultura Viva trabalha no oposto disso, ele desenvolve uma política a partir da potência das próprias pessoas. É uma lógica invertida. Que resultado isso pode dar? Não sei... E ainda há muito a ser cultivado. Mas nós acreditamos e é isso que nos faz ficar aqui. É muito difícil a estrutura burocrática, a dificuldade de recursos humanos e tudo mais. Mas, acreditar que é possível transformar a realidade e que essa realidade só pode ser transformada através das pessoas organizadas em grupos, em conjunto, da forma que elas acharem melhor, é que dá muita força pra continuar enfrentando as dificuldades.

Há uma ideia de transformar o Cultura Viva em lei. De onde vem essa necessidade?

Houve uma etapa: era necessário iniciar o programa e o aparato legal e jurídico para amparar isso estava muito limitado, além das dificuldades materiais de governo. Pouca gente, pouca estrutura de funcionamento, de trabalho. Mas, se o programa não fosse pra rua ele também não se efetivaria. Pra você ter uma ideia, eu tomei posse em 31 de maio de 2004. Em 14 de julho nós já estávamos com o edital na rua. Em novembro a gente já havia feito o primeiro convênio com um Ponto de Cultura.

O elemento do movimento é importante, porque as instituições são muito pesadas, o que acaba engessando uma série de ideias. Então, foi a partir um pouco dessa convicção que demos uma driblada nesse processo com esse movimento de agir rápido. Ocorre, porém, que depois da implantação do programa, nós enfrentamos problemas muito duros. Prestação de contas, normas bastante rígidas, não adequadas ao processo da vida. Isso trouxe dificuldades, sobretudo para os primeiros Pontos de Cultura. Agora, nós estamos com dois movimentos: o primeiro é da descentralização do Programa. Nós já chegamos a 850 Pontos de Cultura, não há condições de fazer a administração disso diretamente de Brasília. Ao longo de 2008, fechamos uma série de acordos com governos estaduais e algumas prefeituras para que eles lancem seus próprios editais. Mas enormes problemas vão surgir. A tentativa, às vezes a tentação, de aparelhar o programa, de instrumentalizar. Então, há uma outra supervisão, um outro acompanhamento que vamos fazer. Mas inevitável porque é necessário que a gestão das redes dos Pontos de Cultura fique mais próxima de onde acontece a ação. E aí o Ministério da Cultura fica na supervisão. Esse é o caminho que a gente está fazendo dentro do marco legal atual. Agora, a solução mais efetiva envolve a criação de uma lei que a gente está chamando Lei da Autonomia e do Protagonismo Cultural, uma lei que fosse muito simples, mas que reconhecesse alguns pontos que estão sendo um grande acúmulo na definição da política cultural. Alguns gestores de política de cultura confundem cultura com evento ou com atividades pontuais. Quando você faz um acordo com um grupo cultural a preocupação é excessivamente voltada para o resultado, mas

cultura não é produto. Cultura, como disse no começo, é processo. Então, o primeiro ponto a ser apresentado nessa lei é o entendimento de cultura enquanto processo. O segundo de que ela é produzida pelas pessoas, pela sociedade. Então, a autonomia no fazer cultural é essencial. Sempre quando houve tentativa de ingerência profunda, seja ela de ordem econômica, que aí joga cultura para o mercado e fica uma cultura pasteurizada; ou política-ideológica, como houve inclusive no período do realismo socialista na União Soviética, os resultados são bastante ruins e empobrecedores da cultura. Ou seja: a cultura precisa da autonomia, de liberdade, porque ela só se desenvolve com força a partir de um protagonismo das pessoas. Nós acreditamos também que o processo de aprovação dessa lei não deve ser iniciativa do governo e muito menos de uma emenda parlamentar. Nós vamos trabalhar na elaboração de uma minuta, na consolidação conceitual dela para em seguida caminhar para uma lei de iniciativa popular. Imagino que com milhares, ou, quem sabe, pra lá de milhão de assinaturas, a gente estaria sendo mais coerente e daria mais consistência a essa lei.

O Fórum dos Pontos de Cultura realizou dois encontros e vem se consolidando. Como você percebe essa relação de uma política pública impulsionando uma organização da sociedade civil. Isso altera antigas relações entre Estado e sociedade civil?

Eu mesmo às vezes me delicio em tentar entender o que aconteceu. Olha só que interessante: o programa começou a partir do reconhecimento e de uma reverência à iniciativa da sociedade. Esse foi o primeiro ponto positivo do programa. Como

resultado disso – uma vez que ele potencializa essas iniciativas, busca o empoderamento das pessoas e dos grupos sociais – houve também um empoderamento da rede, até porque o Cultura Viva e o Ponto de Cultura só se realizam quando se articulam em rede, do contrário fica só um simples processo de transferência de verbas, que é importante, mas que é limitado. Eu percebo que está se gestando um movimento cultural enquanto movimento social e é uma forma nova de expressão da sociedade. Que junta a ética com a estética. Ele junta o entendimento de Brasil, uma ideia mais difusa de planos, de ideário para o país com a expressão artística, com o sentimento, um pouco razão e sentimento. No que pode dar? Eu não sei... Eu gostaria que desse em muita coisa, mas isso ainda exige um tempo. Talvez – e aí a precisamos de mais alguns anos – estejamos vendo a ebulição de um novo movimento social, que pode estar para o processo de transformação do Brasil no começo do século XXI, da mesma forma que o movimento popular – aqueles das lutas de moradia, de saúde, do movimento sindical – estiveram para a construção do Brasil do final do século XX. Todo aquele movimento sindical dos anos 70 e 80 resultou no desenho que vivenciamos hoje. Talvez por esse movimento mais diverso da cultura, estejamos vendo o nascimento de um outro processo de mudança.

Como os agentes que fazem parte do Programa Cultura Viva lidam com a idéia de estarem se inserindo em uma nova narrativa da nação?

Eu diria o seguinte: a grande fronteira da luta de classes, e aí dessa disputa de poder, está na conquista do direito à narrativa. Quem consegue apresentar sua versão tem

condições de se legitimar enquanto poder. Isso eu percebi no meu trabalho como historiador, em museus.

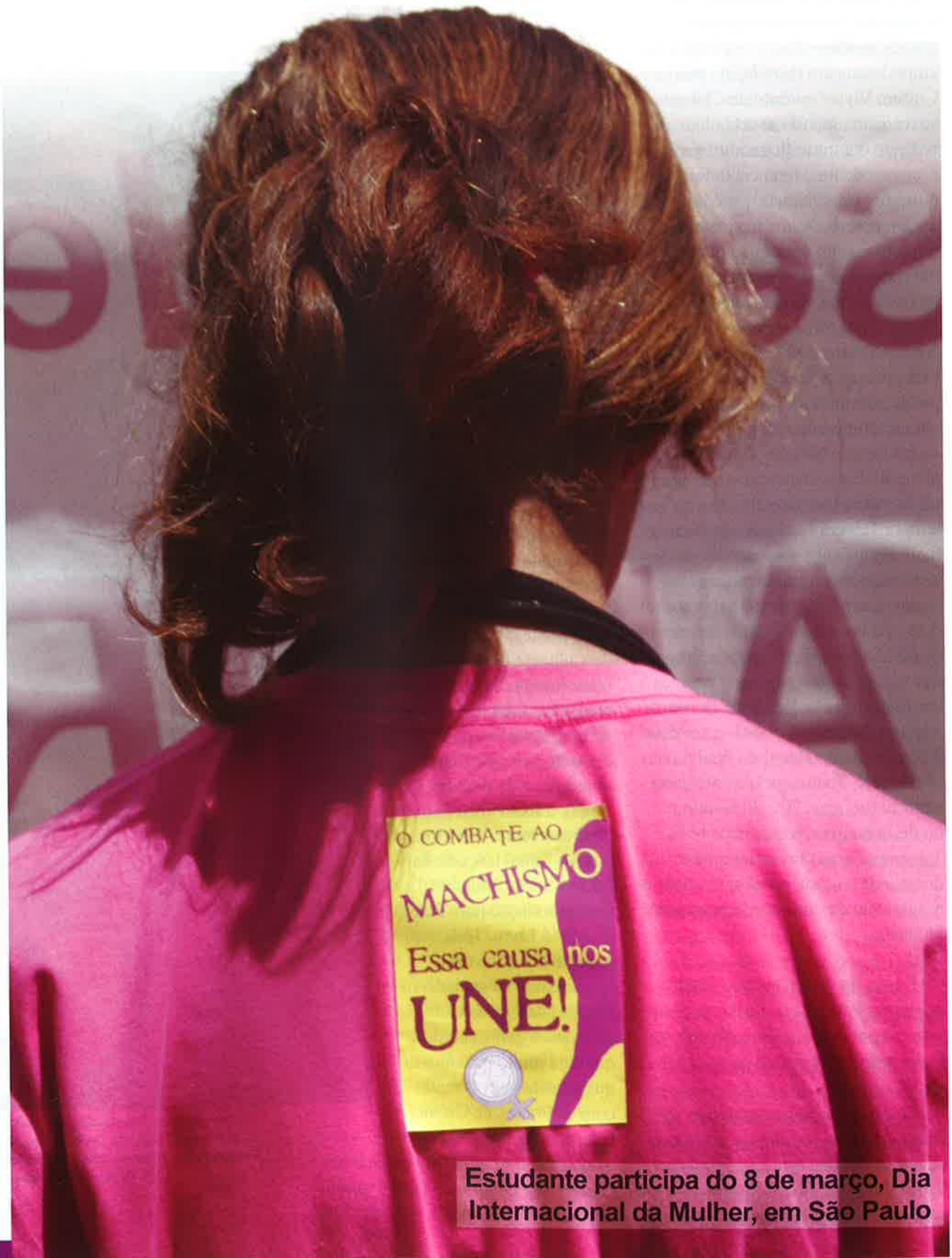
Sempre há uma disputa pelo direito à fala, e pelo não direito à fala. E isso não no Brasil só, no mundo todo. O estúdio multimídia tem um papel essencial, é o único elemento comum a todos os Pontos. Para quê? Para que as pessoas tenham condição de conseguir apresentar a sua versão e pela sua própria voz.

Muitas vezes a gente tem acesso à situação de vários povos, e até a partir de narrativas muito comprometidas como os povos indígenas, pessoas mais exploradas, quilombolas, trabalhadores e tudo mais... Mas, ainda assim, é um olhar externo, um olhar que vem de fora. O que a gente tenta praticar com o Ponto de Cultura é o exercício do olhar interno. Na nossa sociedade, a impossibilidade de uma narrativa polifônica é estratégica para manter um sistema de dominação. Então, trabalhamos numa contracorrente. E aí entra o novo Edital lançado no Fórum Social Mundial, uma premiação para Pontos de Mídia Livre. Todo esse movimento que vai se constituindo de midialivrismo, de sites, de articulação de redes, a gente acredita que seja muito próximo do que a gente vem fazendo com os Pontos de Cultura. E eu acho que esse vai ser o ano em que a gente vai colocar em prática essa questão da narrativa mais em pauta.

Valter Campanato/ABR



O secretário de Programas e Projetos do Ministério da Cultura, Celio Turino, fala à Radiobrás na abertura oficial do Encontro de Culturas Colaborativas



Estudante participa do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, em São Paulo

QUEM PODE SE MATRICULAR NO PROJOVEM URBANO?

Jovens que tenham entre 18 e 29 anos, saibam ler e escrever e não concluíram o Ensino Fundamental (8ª série).

O QUE O PROJOVEM URBANO OFERECE?

Curso de 18 meses de Ensino Fundamental, com formação profissional, aulas de informática e auxílio de R\$ 100,00 por mês.

QUAL DOCUMENTAÇÃO É EXIGIDA PARA A MATRÍCULA?

Apenas a carteira de identidade.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O PROJOVEM URBANO

Pelo telefone **0800 722 7777** e pela internet **www.projovem.gov.br**





**União Nacional
dos Estudantes**

